



Jovens voluntários transformam sociedade com superpoderes



VILA VERDE

Centro Social do Vale do Homem aposta em três grandes projetos



GONDOMAR

Associação de Silveirinhos trabalha inclusão social pelas artes



CONSIGNAÇÃO DE 0,5% IRS

30 de setembro é data limite para IPSS se candidatarem

Seja Solidário/a!

Doe **0,5%** do seu **IRS** sem qualquer encargo para si

Contribua para a nossa **Causa!**



José Leirião
Membro da CNIS



Medir para gerir

A minha experiência de formador(pro-bono) em “boas práticas de gestão” na área da economia social e solidária (IPSS), tem demonstrado a muito fraca utilização de indicadores de desempenho nas nossas instituições, exceptuando aquelas (muito poucas, cerca de 400) que estão certificadas por um Sistema de Gestão da Qualidade nacional e internacionalmente reconhecido, e, isso, como é óbvio, tem influência decisiva na qualidade da gestão, nos resultados e mesmo na relação com as partes interessadas (colaboradores, clientes/utentes, fornecedores, parceiros, Estado, comunidade).

“medir o que é mensurável e tornar mensurável o que não é”

Galileu, Astrónomo.

...ainda que a medição não seja simples e o trabalho para chegar ao resultado seja grande.

Como todos sabemos, as IPSS tem uma missão insubstituível e conhecer muito bem onde estamos, para onde queremos ir, como lá chegar e que riscos corremos, para cumprir ou exceder o impacto da nossa missão na sociedade, é fundamental organizarmos objectivos e indicadores que nos ajudem a atingir esse alvo.

O modelo tradicional de medição do desempenho de uma organização é o seguinte:

ORÇAMENTO

+

CONTROLO ORÇAMENTAL

Como também sabemos, o **ORÇAMENTO** tem dois objectivos principais:

- 1) Prever as acções a empreender no período seguinte e respectiva tradução monetária
- 2) Comprometer os responsáveis das valências/áreas/funções a cumprir os objectivos

Os Documentos criados são: conta exploração e balanço previsionial e o orçamento

tesouraria.

O **CONTROLO ORÇAMENTAL** é o acompanhamento da execução do orçamento tornando possível a seguinte análise:

- a) Comparar os resultados reais com os resultados orçamentados e apurar desvios
- b) Analisar/explicar os desvios apurados
- c) Implementar medidas correctivas se necessário

A **gestão orçamental** é geralmente criticada por ser insuficiente para uma adequada e robusta gestão das organizações, porque:

- 1) Tem uma perspectiva exclusivamente financeira e de curto prazo
- 2) Comunica pouco sobre a criação de valor pela organização no longo prazo
- 3) Limita a criatividade e a inovação
- 4) Consome tempo aos responsáveis

Para *Kaplan e Norton*, os criadores do conjunto de indicadores (*balanced scorecard BSC*) deixou de fazer sentido o uso exclusivo daqueles indicadores porque colocam apenas ênfase na vertente financeira e no curto prazo, o que pode levar as organizações a não investirem em soluções capazes de criar valor no longo prazo. Podem por exemplo:

- a) Não desenvolverem novas valências e negócios sociais
- b) Não planearem e promoverem a formação adequada aos recursos humanos
- c) Não investir em tecnologias de informação

Como é óbvio, tais acções colocam em causa a viabilidade da organização no longo prazo e por essa razão o modelo tradicional de avaliação de desempenho utilizando apenas indicadores financeiros, gerados pela gestão orçamental, acaba por não fornecer as informações necessárias para fazer face às rápidas mudanças do **contexto** em que se inserem e funcionam as instituições.

Portanto, embora os indicadores financeiros

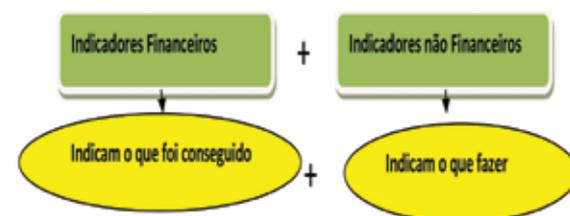
sejam muito importantes, eles são insuficientes para responder a um contexto cada vez mais complexo em que vivemos pois, a **sobrevivência das nossas instituições depende da sua capacidade de interacção com o meio envolvente**, o qual é formado por duas vertentes:

- a) **Meio Envolve Contextual** que consiste em:
 - Contexto económico; Sócio-cultural; Político-legal; Tecnológico; Ambiental

- b) **Meio Envolve Transaccional** centrado na IPSS que consiste em:
 - Clientes/Utentes; Concorrentes(Estado e privados); Fornecedores; Comunidade

Assim, é importante uma **visão abrangente/Integrada do desempenho** medido com base em indicadores (métricas) financeiros e não financeiros e ligados com os objectivos estratégicos que por sua vez devem estar alinhados com a MISSÃO.

Portanto temos de combinar os dois tipos de indicadores:



No próximo artigo irei desenvolver o tema do *Balanced Scorecard BSC* aplicado às IPSS.

eSOLIDAR PARA EMPRESAS

Uma nova plataforma de responsabilidade social

A Business eSolidar, lançada pela startup de Braga com presença internacional eSolidar, trata-se uma ferramenta que permite aos funcionários de uma empresa maximizar e analisar o impacto social, pois permite que possam partilhar e até sugerir ideias para apoios sociais.

Através da plataforma, a empresa pode compensar os funcionários com cartões presente para usarem em causas sociais em que

acreditem, podem criar leilões solidários, campanhas de crowdfunding ou uma “bolsa de necessidades” para fazer donativos, angariação de bens ou que permita aos funcionários inscreverem-se para voluntariado em instituições de caridade locais.

A empresa só precisa de se registar no site (<https://business.esolidar.com/>) convidar os funcionários para integrarem a plataforma e fica assim com uma solução de ajuda social.

Saúde Mental

1. O Dia Mundial da Doença de Alzheimer é celebrado a 21 de setembro.

Pensa-se que existam cerca de 60 mil pessoas com doença de Alzheimer em Portugal, enquanto no mundo serão 35,6 milhões. Entretanto, estima-se que o número venha a duplicar até 2.030.

A Alzheimer é uma patologia do cérebro de causa desconhecida, com agravamento progressivo, lento e irreversível, que afeta principalmente as funções intelectuais: a atenção, a compreensão, a memória, a orientação e o pensamento. É a forma mais comum de demência, surgindo principalmente a partir dos 65 anos. Doença que ataca metade da população a partir dos 85 anos.

Não foi ainda descoberta a cura para esta doença, sendo que o tratamento é feito com recurso a fármacos que atenuam os seus sintomas.

2. A Demência é um conjunto de situações clínicas que pode incluir uma diminuição acentuada da memória, dificuldade de realizar as atividades comuns da vida diária, como vestir ou comer, e alterações da personalidade, humor ou comportamento, crónicos e progressivos. Estima-se que o número de pessoas com demência mais do que triplique até 2050, constituindo já uma das causas mais significativas de incapacidade nas pessoas de mais idade. A mais frequente, mas não única, é a demência associada à Doença de Alzheimer.

De entre os fatores de risco mais significativos, o mais importante é a idade – a partir dos 65 anos, a prevalência duplica a cada 5 anos – mas também fatores genéticos e outros fatores de risco como a diabetes, a hipertensão, a obesidade, a depressão e a baixa escolaridade, além dos hábitos mais ou menos saudáveis ao longo da vida, como o fumo do tabaco, o isolamento social e a inatividade intelectual e física.

Um outro fator de risco, para o qual há evidência científica, é o da institucionalização, pelo que se torna muito importante manter as pessoas, durante o maior tempo possível, no seu meio familiar e habitual de vida, e é premente o apoio aos prestadores de cuidados e o envolvimento, sensibilização e formação da comunidade, envolvendo nomeadamente o setor social e solidário, pelas suas inerentes características de proximidade e humanização, para melhorar os aspetos preventivos e de promoção da saúde e os cuidados aos doentes.

São fundamentais as práticas de um envelhecimento ativo e saudável, ao longo da vida, o diagnóstico precoce do risco e do aparecimento da doença, visando a implementação de medidas que minimizem o seu impacto, quer atrasando a sua progressão, quer modulando o seu curso e reduzindo os sintomas.

A falta de resposta às necessidades das famílias, sentidas e expressas, é muito relevante, pelo que se considera muito importante promover

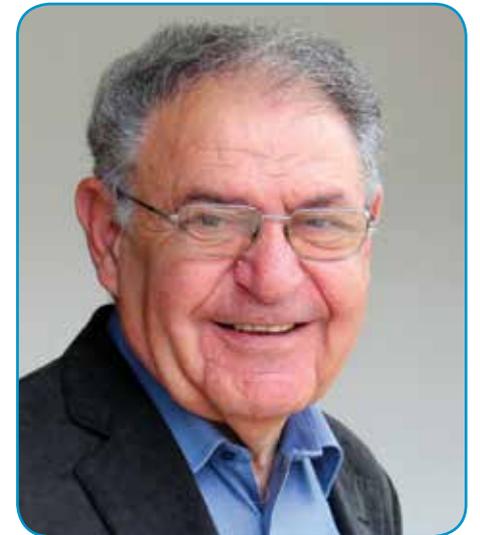
o levantamento dessas necessidades, bem como o estudo de caracterização de necessidades para a população em apreço.

Em consonância com as orientações técnicas nacionais e internacionais, a CNIS está a desenvolver todos os esforços para consolidar a sua afirmação neste domínio da saúde mental e da saúde e envelhecimento, no sentido da investigação, da parceria e da articulação de esforços, para a melhoria do apoio às IPSS que prestam cuidados nestas matérias. O objetivo é promover a melhoria dos serviços prestados à população afetada por demências e, bem assim, às suas famílias e prestadores de cuidados e apoio, de proximidade, na comunidade e em meio institucional, com a preocupação maior de promover o mais possível a autonomia, a independência e os direitos das pessoas e populações que cuidam, num quadro cada vez de maior humanização e qualidade de cuidados.

3. Envelhecer é um processo natural, inevitável e irreversível e não é sinónimo de doença. E, inquestionavelmente, o aumento da longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade e um triunfo do desenvolvimento. Mas reconhece-se com facilidade que a qualidade de vida não vem acompanhando o crescente aumento da esperança de vida da população porquanto os idosos convivem durante mais tempo com doenças crónicas típicas da faixa de idade, nomeadamente com doenças mentais.

São muitos os desafios que se perfilam com o envelhecimento da população, até porque a partir de uma perspetiva pessoal, o envelhecimento

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



tem uma dimensão existencial, que modifica a relação do indivíduo consigo mesmo, com o outro, com o mundo e com o tempo.

É preciso resistir e é preciso sonhar. Mais do que nunca é preciso ter coragem e força para enfrentar o presente e é preciso ter engenho para abraçar o futuro. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

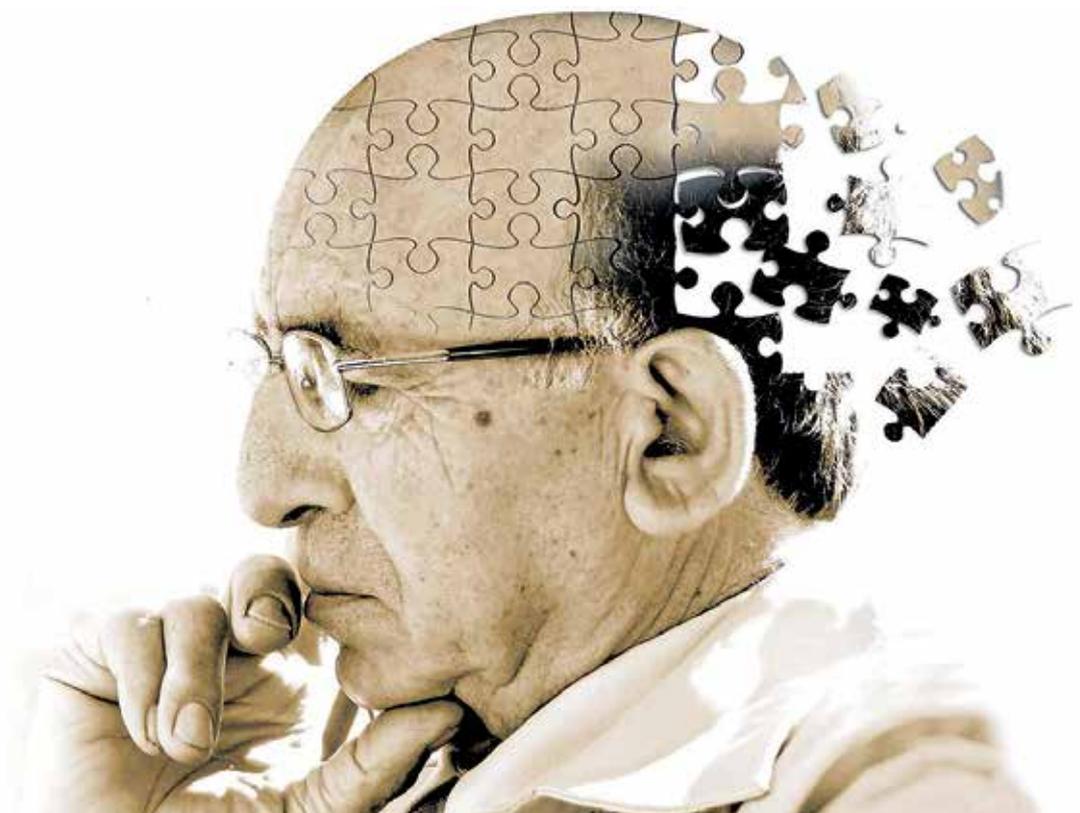
São necessárias soluções médicas, sociais, económicas e políticas.

Sabem-no muito bem as Instituições de Solidariedade, que para a população idosa idealizaram várias respostas sociais e que vêm apoiando muitos idosos.

Cada vez mais e cada vez durante mais tempo muitos utentes apoiados pelas Instituições de Solidariedade são idosos que sofrem, também, de doenças mentais. Da Doença de Alzheimer, mas não só.

No apoio de dia, domiciliário, de noite e residencial urge-se um apoio integrado. De saúde e social. Com menos tabus e com mais recursos. Com menos inflexibilidade e com recursos mais especializados.

Urgência, também, na cooperação...





CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS

Prazo para IPSS se candidatarem termina dia 30 de setembro

São já muitas as IPSS que estão habilitadas a obter a consignação de 0,5% do IRS dos contribuintes, mas muitas há ainda que não e, a verdade, é que o processo de habilitação não é oneroso nem requer demasiados esforços.

Assim, as pessoas coletivas de utilidade pública, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social, as entidades inscritas no registo de pessoas coletivas religiosas (RPCR), as que prossigam fins de beneficência ou de assistência ou humanitários e as que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural (estas desde 2016), que queiram beneficiar da consignação da quota equivalente a 0,5 % do IRS liquidado aos sujeitos passivos deste imposto têm até 30 de setembro do ano fiscal a que respeita a coleta a consignar. Ou seja, termina no final deste mês o período de candidatura àquele benefício fiscal. Atente-se que excepcionalmente, este prazo foi, em 2017, prolongado até 31 de janeiro de 2017.

Assim, desde que preencham os requisitos necessários e não tenham dívidas ao Estado ou execuções fiscais em curso, associações humanitárias de bombeiros voluntários, misericórdias, centros paroquiais, cooperativas, casas do povo, associações de reformados, associações de apoio a vítimas de doenças, associações de solidariedade social e também pessoas coletivas que desenvolvam atividades de natureza e interesse cultural podem candidatar-se a este benefício fiscal, sem que o contribuinte saia lesado no valor a que tiver direito a ser ressarcido pelo Estado.

REQUISITOS

Para poder estar habilitada ao benefício fiscal, a IPSS deve fazer prova junto da Autoridade Tributária e Aduaneira do seu registo como Instituição Particular de Solidariedade Social ou da obtenção do reconhecimento, pelo membro do governo que tutela a respetiva atividade, da prossecução dos fins relevantes para o efeito da aplicação da Lei da Liberdade Religiosa ou do reconhecimento da isenção de IRC, com fundamento no exercício de atividade com os mesmos fins, com caráter exclusivo, nos termos do art. 10.º do Código do IRC, consoante a sua natureza; e requerer o benefício da consignação de quota do IRS, nos termos da parte final do n.º 4 do art. 32.º da Lei da Liberdade Religiosa.

Estas obrigações devem ser cumpridas até 30 de setembro próximo.

Note-se que este procedimento só tem de ser feito no primeiro ano em que a instituição requer ser elegível. Apenas nos casos em que o interesse desapareça ou que não se reúnam as condições de elegibilidade que deverá haver informação por parte da instituição à Autoridade Tributária.

Este é um benefício fiscal que nasceu com a publicação da Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, que regula a Liberdade Religiosa em Portugal, em que o contribuinte pode consignar parte da massa

| 11 CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS/CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPOSTADO | | | | |
|---|-------------------------------------|------|-------------------|---------|
| ENTIDADES BENEFICIÁRIAS | | | | |
| Instituições religiosas (art.º 32.º, n.º 4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho) | <input type="checkbox"/> | | | |
| Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º 6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho) | <input checked="" type="checkbox"/> | 1101 | 5 0 1 0 5 7 6 0 9 | IRS IVA |
| Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.º 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho) | <input type="checkbox"/> | 1102 | | |

Assinale com um X no quadro 11 da sua declaração de IRS (modelo 3) Coloque o nº de contribuinte

Assinale com um X no campo IRS

**DOAR FAZ BEM
A SI E A MAIS ALGUÉM!**

Indique no campo 11, na folha de Rosto - Modelo 3, o NIPC

Entregue 0.5% do seu IRS, sem pagar mais nada, ao Centro Social Paroquial da Póvoa de Santo Adrião

| 11 CONSIGNAÇÃO DE 0.5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPOSTADO | | | | |
|---|---|------|-----------|---------|
| ENTIDADES BENEFICIÁRIAS | | | | |
| Instituições Religiosas (Art. 32º, nº4 da Lei nº.16/2001, de 22 de junho) | | | | IRS IVA |
| Instituições Particulares de Solidariedade Social ou Pessoas Coletivas de Utilidade Pública (Art. 32º, nº 6 da Lei nº. 16/2001, de 22 de Junho) | X | 1101 | 506506851 | X X |

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
Rua Major Mouzinho de Albuquerque n.º 11 2620-153 Póvoa de Santo Adrião

coletada pelo Estado (0,5%) em sede de IRS.

Se inicialmente este benefício era pouco significativo para as entidades que o recebiam, com o correr dos anos e algumas alterações legislativas, a situação tem vindo a evoluir de uma forma muito favorável, tendo crescido em número de contribuintes que consignam, de entidades que beneficiam e do montante consignado.

Há instituições que conseguem obter ganhos à volta dos 20 mil euros, sendo que, após a candidatura, a única tarefa requerida às instituições é a de sensibilizarem utentes e seus familiares, sócios e amigos, que por sua vez devem ser motivados a sensibilizar outras pessoas, a inscreverem o número de contribuinte da IPSS no local devido da declaração de IRS, doando assim parte do seu imposto, sem que dali retirem qualquer prejuízo financeiro.

Refira-se ainda que durante muito tempo a impossibilidade de as IPSS poderem ser restituídas do IVA, a 100%, de obras no imobilizado e nas viaturas (uma de quatro em quatro anos), também afastou muitas IPSS deste benefício fiscal, pois não era permitido acumular os dois benefícios. Porém, esta situação foi alterada em 2009, passando a ser possível, a partir do ano seguinte, as IPSS beneficiarem da consignação de 0,5% de IRS e ainda da restituição do IVA, agora a 50%, das obras nos equipamentos e dos bens alimentares.

Nesta altura houve ainda uma outra alteração que potenciou igualmente a adesão das instituições a este benefício fiscal, que foi o fim da renovação da candidatura, que era necessário fazer

Seja Solidário/a!

Doe **0,5%** do seu **IRS**
sem qualquer encargo
para si

Contribua para a nossa **Causa!**

todos os anos, terminando também a obrigatoriedade de as entidades beneficiadas terem que comunicar às Finanças o destino da verba recebida.

De facto, com as alterações legislativas e uma maior divulgação da possibilidade que o contribuinte tem de doar parte do imposto que pagou, sem qualquer prejuízo para o próprio, o crescimento desta realidade tem sido exponencial.

Quando em 2004 eram apenas oito as entidades candidatas, em 2017 foram já 3.481. E este número tem vindo a crescer ao longo dos anos de forma expressiva: em 2009 eram 77; em 2010, 108; em 2011, pouco mais de 900; em 2012, 986; em 2013, 1.700; em 2014, 2.045; em 2015, 2.612; e em 2016 eram 2.971.

Assim, esta pode igualmente ser uma fonte de receita, pontual é certo, mas sempre importante para um universo que vive sempre com os tostões contados.

PRÉMIO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA

Conhecidas as 10 candidaturas finalistas

Já são conhecidas as 10 candidaturas finalistas da 8ª edição do Prémio Manuel António da Mota.

Segundo a organização foram inúmeras as candidaturas recebidas, provenientes de instituições de todo o território nacional, demonstrando o interesse e a relevância do Prémio.

O Comité de selecção, composto por representantes da Fundação Manuel António da Mota e TSF - Rádio Notícias, deliberou passar à 2ª Fase as seguintes 10 instituições finalistas: AE2O - Associação para a Educação de Segunda Oportunidade (Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos); Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal; Associação para o Planeamento da Família; Associação RECOVERY IPSS; Centro Social e Cultural S. Pedro de Bairro; Crianças da Vila - Associação de Protecção de Menores e da Família; Fundação do Gil; G.A.TO - Grupo

de Ajuda a Toxicodependentes; Santa Casa da Misericórdia de Marco de Canaveses; Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua.

Seguir-se-á a avaliação das candidaturas por parte do Júri de selecção que é composto pelos seguintes membros: Padre Lino Maia - Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS); Dra. Maria Joaquina Madeira - Coordenadora Nacional do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações em 2012; Dra. Maria Manuela Eanes - Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota; Dra. Maria Manuela Mota - Vogal do Conselho de Administração da Mota-Engil SGPS e Presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel António da Mota; Engª Maria Inês Mota Sá - Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva da Fundação Manuel António da Mota.



O processo de escolha da candidatura vencedora envolverá, nos termos do Regulamento do Prémio, a apreciação in loco dos projectos concorrentes, acção esta integrada no conjunto de reportagens que a TSF-Rádio Notícias irá realizar com cada uma das instituições finalistas.

O anúncio da candidatura vencedora terá lugar numa cerimónia a realizar no dia 3 de dezembro, a partir das 14h30, no Palácio da Bolsa na cidade do Porto.

FIDELIDADE

Prémio para instituições que promovam inclusão social

A Fidelidade criou o Prémio Fidelidade Comunidade, no âmbito do seu programa de Responsabilidade Social e da estratégia de envolvimento com a comunidade.

O prémio dirige-se a instituições que promovem a inclusão social e a prevenção na saúde. Consciente dos desafios que as instituições enfrentam todos os dias para garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a Fidelidade disponibilizará uma verba até 500 mil euros, atribuindo cerca de 20 prémios entre os 5.000 e os 50.000 euros.

As instituições sociais poderão candidatar-se anualmente a financiamento para os seus

projetos ou para pedir apoio para capacitação, gestão e desenvolvimento e assim garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.

Nesta primeira edição, as candidaturas estarão abertas para as instituições que desenvolvam a sua atividade numa das seguintes áreas de intervenção: Empregabilidade de pessoas vulneráveis; Deficiência ou incapacidade permanente; Estilos de vida saudável; Envelhecimento ativo.

Registe-se no site www.fidelidadecomunidade.pt e conheça os requisitos para se poder candidatar.

PARCERIA CNIS – EDP

Para poupar na energia

Foi estabelecida uma parceria entre a CNIS e a EDP que prevê a racionalização de custos energéticos nas Instituições. Embora a assinatura do Protocolo se realize apenas em Setembro, por razões de agenda, considera-se efetivo desde o passado dia 20 de julho.

No âmbito desta parceria há alguns produtos especificamente destinados às IPSS. É caso da “Iluminação Eficiente” que prevê a passagem de soluções de iluminação menos eficientes para tecnologia LED. A previsão da poupança estima-se em cerca de 50 por cento.

Outro dos produtos disponibilizados pela EDP pode permitir a poupança de cerca de 20 por cento nas “Baterias de Condensadores”. O objetivo é retirar o custo da “energia má” que é gerada pelas máquinas e que é cobrada pelo distribuidor.

A solução “Solar Autoconsumo” promove um sistema de produção de energia para a redução dos consumos da rede eléctrica, com 20 a 30 por cento de poupança.

Quanto à proposta “SANT”, segundo a descrição da EDP, é operacionalizada nas instalações onde se procede à transformação de energia eléctrica de baixa tensão para média tensão, permitindo poupanças no preço da energia de consumo e custos na rede, na ordem dos 30 por cento. Disponível após análise está também o produto “Energia (electricidade e gás)” que estudará a melhor forma de adaptar os consumos às reais necessidades do associado.

Assim, as Instituições interessadas em aderir, devem contactar o Engenheiro Fernando Monteiro através do e-mail fernandomonteiro@gmail.com, ou para o seu telemóvel 939 555 330

UDIPSS-LEIRIA

Eleitos novos órgãos sociais

Realizou-se no passado dia 27 de Julho o acto eleitoral para os novos Órgãos Sociais da UDIPSS- Leiria, tendo sido eleita, por unanimidade, a única lista apresentada a sufrágio.

Os novos órgãos sociais ficaram assim constituídos:

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Pe. Virgílio do Rocio Francisco – Centro Assistência Paroquial de Pataias; **1.º Secretário:** Manuel Joaquim Fernandes Ferreira – Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha; **2.º Secretário:** José António Bento de Sousa – Fraternidade da Ordem Franciscana Secular de Leiria – Lar de São Francisco

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Luís Heleno Cardoso – Academia Cultural e Social de Maceira; **Vogal:** José de Jesus Ricardo – ADESBA, Assoc.de Desenvol. Bem Estar Social da Freguesia da Barreira; **Vogal:** Diamantino Gaio Romão – Centro Social de Assistência do Juncal; **Suplente:** Pe. Luís Manuel Morouço Almeida Ferreira Centro Social Paroquial de Pousos

DIREÇÃO:

Presidente: Joaquim Manuel Filipe Guarda – Centro Social e Cultural da Paróquia do Souto da Carpalhosa. **Vice-Presidente:** Carla Sofia Marques Verdasca – Associação de Propaganda e Defesa da Região da Batalha; **Secretário:** Maria Isabel Belo Rufino Barafunda – Associação Juvenil de Cultura e Solidariedade Social; **Tesoureiro:** Diogo Miguel Nogueira Dias – Cooperativa Pa a Educação e Reab. Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera; **Vogal:** Jacinto Manuel Fernandes Baião Comissão de Melhoramentos de Arega

1.º Suplente: Pe. Miguel Azevedo Santiago Sottomayor – Centro de Assistência Paroquial de Carvide; **2.º Suplente:** Vítor Paulo Herculano Rodrigues – Casa do Povo de Óbidos; **3.º Suplente:** Júlio Coelho Martins Cáritas Diocesana de Leiria – Fátima

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E SOCIAL DE SILVEIRINHOS, GONDOMAR

Projeto Rumos é um negócio social direcionado para a integração

A Associação Recreativa, Cultural e Social de Silveirinhos nasceu em 1995, no bairro mineiro de Silveirinhos, em S. Pedro da Cova, concelho de Gondomar. Depois do apoio aos mais jovens em horário pós escolar, a instituição enveredou pela área social e dedicou-se a fundo à população deficiente e com doença mental. É neste contexto que nasce o projeto Rumos, um negócio social, que passa pelo aluguer de um espaço, o fornecimento de catering e de animação, seja em simultâneo ou separadamente, e que pretende dar “rumos de vida às pessoas”.

Inicialmente voltada para as áreas cultural e recreativa, com o desporto em destaque, a Associação Recreativa, Cultural e Social de Silveirinhos tinha como alvo as faixas mais jovens da população, que, na altura, não tinham respostas na comunidade. Cerca de uma década volvida sobre a sua fundação, a instituição decide abraçar a área social e, mais recentemente, apostar no trabalho com pessoas portadores de deficiência ou de doença mental.

Já com uma nova Direção, presidida por Matilde Monteiro, em 2012, a instituição procedeu a “um redesenho estratégico interno para perceber o que tinha que ser alinhado”.

“O tempo vai passando e as instituições tendem a não parar para pensar que rumo estão a seguir, a missão, os valores, as necessidades e o que necessitam fazer”, defende Matilde Monteiro, acrescentando: “Começámos a fazer a nossa própria investigação. Parámos para perceber quais eram realmente os públicos-alvo a que devíamos dar resposta na freguesia e no concelho. E, na altura, percebemos que a área da deficiência e da doença mental estava a descoberto e que não havia respostas. Pelos estudos que fizemos, concluímos que S. Pedro da Cova tinha grandes necessidades nesta área”.

Esta abordagem valeu-lhe logo o apoio do Instituto Nacional de Reabilitação (INR) e o estabelecimento de uma série de parcerias com muitas instituições e entidades, com destaque para o Centro Hospitalar do Porto (Hospital de Santo António), que se associou de pronto pois tem uma delegação em S. Cosme.

“A nossa resposta não é tipificada, é uma resposta cujo público-alvo são as pessoas com deficiência e com doença mental, em que a metodologia leva a que as coloquemos a trabalhar em conjunto. Fazemos este trabalho de uma forma diferente, porque mais do que uma resposta ocupacional, o nosso objetivo é promover uma verdadeira integração social destes públicos”, sublinha a presidente da instituição, revelando algo que diferencia a ação da instituição: “A nossa grande estratégia é a integração pelas artes, embora façamos uma série de outras



coisas. Começámos por criar um grupo de teatro misto, ou seja, com pessoas com e sem deficiência, um grupo de dança misto e uma outra série de atividades, porque temos outros públicos como os jovens em risco”.

Atualmente, a Associação de Silveirinhos integra um projeto europeu que pretende criar um guia de respostas através das artes para estes públicos com deficiência e com doença mental.

“Temos um departamento muito forte de projetos europeus e estamos a desenvolver com uma fundação espanhola um guia de metodologias para trabalhar com estes públicos para uma verdadeira integração social. A nossa área no guia é a música”, explica Matilde Monteiro, salvaguardando: “Nós não temos a receita, porque a fomos criando ao longo do tempo. Não temos respostas fechadas, porque isto não é uma resposta fechada, mas temos tentado soluções

e temos tido resultados fantásticos”.

E são de tal maneira que, fruto deste trabalho, “surge também, aos poucos, a questão da empregabilidade”.

Sem receitas fixas pois, para além do apoio da Câmara Municipal de Gondomar, da Junta de Freguesia de S. Pedro da Cova, do IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude) e do INR, a Associação não tem qualquer protocolo com a Segurança Social.

“Até agora o que temos feito tem sido conseguido fruto de inúmeras candidaturas a projetos financiados, caso contrário já teríamos fechado as portas, pois não temos outra fonte de financiamento. Esta é a nossa principal fonte de receita. Temos outras atividades que nos dão algum retorno, uma vez que os participantes participam, como seja a dança para adultos, os jogos tradicionais, mas nada mais”.

Por isso, é “uma luta muito grande assegurar a sustentabilidade para continuar a desenvolver o trabalho da Associação”, que foi “a primeira instituição na área da igualdade de género a desenvolver grandes projetos nesta vertente”.

“A saúde financeira está boa, porque não devemos nada a ninguém. Só que o estar bem do ponto de vista de dívidas não quer dizer que seja fácil. Isto é uma luta muito grande, porque não temos apoios fixos, como as outras instituições que têm acordo com a Segurança Social, por exemplo”, sustenta, acrescentando: “É uma preocupação constante e estamos sempre focados na sustentabilidade. Há instituições que cristalizaram no tempo e ainda assim estão sempre a queixar-se. O necessário é arranjar estratégias para contornar os problemas quando eles surgem, por exemplo, como quando passam de 20 para 15 crianças e olham para isso como um problema enorme”.

Para a presidente da instituição, este contexto estimulou a Associação e fê-la desenvolver competências na angariação de fundos.

“Esta situação fez com que desenvolvêssemos uma dinâmica e uma criatividade muito grandes. Por isso somos reconhecidos como uma instituição muito dinâmica e inovadora. Não é fácil, não temos dívidas, mas com as obras que fizemos aqui na sede, que são de um grande investimento, não é fácil. É que qualquer investimento é difícil. Não temos dívidas, estamos a crescer, o nosso trabalho é reconhecido e isso faz com que as pessoas, quando as coisas não estão tão bem, continuem a acreditar no projeto e não se vão embora”, congratula-se.

“Apesar de não termos uma resposta tipificada pela Segurança Social, há muitas instituições que nos procuram em busca de uma resposta para os seus utentes. Por exemplo, vamos iniciar com o Centro Hospitalar do Porto mais dois projetos em que a Associação vai trabalhar, no centro do município, com dois grupos ao nível da intervenção na área da doença mental. O nosso município é um parceiro muito importante, entre muitas outras instituições, e muito em especial as escolas”, acrescenta Matilde Monteiro.

Depois de ocupar uma escola cujas dimensões não permitiam o seu crescimento, a Associação de Silveirinhos mudou para uma escola primária maior e igualmente desativada, por cedência da Câmara.

No entanto, “quando aqui chegámos isto estava praticamente em ruínas, pelo que tivemos que fazer um grande investimento para recuperar o espaço. Agora, estamos a candidatar-nos junto da Segurança Social para termos um CAO para pessoas com deficiência”, revela a presidente, confessando uma derrapagem financeira nas obras, “porque o estado do edifício era pior do que se pensou inicialmente”.

Tirando partido das potencialidades do novo espaço, a Associação apostou forte na recuperação do que fora o pavilhão desportivo do antigo estabelecimento de ensino, e na criação do projeto Rumos, “porque a ideia é criar projetos de vida, ou seja, dar rumos às pessoas”.

“A ideia é muito interessante. Sabíamos que ia ser um investimento muito grande, até do esforço da instituição, mas sabíamos também que era uma ideia diferente e apostámos”, começa por dizer Matilde Monteiro, acrescentando: “No nosso trabalho procuramos sempre o



equilíbrio entre as necessidades e as respostas e percebemos que aqui na freguesia não havia um espaço para que as pessoas pudessem fazer algumas iniciativas que pretendiam, como jantares de Natal ou outros encontros e convívios. A escola tinha um pavilhão que estava em ruína e vimos ali algum potencial quando olhámos às necessidades, ao que poderíamos fazer e à nossa missão. É do encontro destas três situações que nasce o projeto Rumos”.

No fundo, o Rumos “é um projeto social, pensado como um negócio para dar algum retorno financeiro”, assegura a presidente, sublinhando: “Os financiamentos acabam e, se não pensarmos em projetos que tenham sustentabilidade para além desse financiamento, o projeto acaba. Não há interesse em fazer projetos que morram. Ou se redesenham ou não há interesse. E há muitas instituições que cristalizam porque não percebem isto”.

Para a Associação de Silveirinhos a “premissa é encontrar soluções sustentáveis”.

É assim que nasce o negócio social Rumos, “que se baseia em uma cozinha e um salão e na possibilidade de proporcionar às pessoas da freguesia um espaço, mas não só”, afirma a presidente, explicando: “Isto pode ser apenas um espaço para alugar a fim da realização de uma iniciativa; mas também o aluguer do espaço e fornecimento de catering; e pode ainda ser aluguer de espaço, catering e animação, pois a nossa essência está na inclusão pelas artes”.

Para além de ser um negócio social, o Rumos permite à instituição passar a ter “condições para dar formação a estes grupos de pessoas, que vão adquirir competências, dentro dos seus ritmos e dos seus tempos, para a empregabilidade e não só”.

“Com este projeto pretendemos combater o estigma que estas pessoas ainda têm, misturando-as com a comunidade. Integrar não é mostrar, integrar é misturar e é isso que pretendemos fazer sempre”.

Nesse sentido, e devido à forte implantação

que as marchas populares têm no concelho de Gondomar, a Associação de Silveirinhos há quatro anos que participa no desfile, com a denominada Marcha Inclusiva. Por outro lado, o trabalho rumo à integração social passa ainda pela marca criada pela Associação, a «Coisas d’Anjo», que tem duas vertentes de produtos: os alimentares (bolachas, compotas, chocolates) e a bijuteria (colares e outros).

Fundamental para a implementação do projeto Rumos são os três prémios ganhos pela instituição, em concreto da EDP Solidária, do BPI Capacitar e da Fundação Inatel, alicerces para o lançamento do mesmo.

“O espaço do Rumos tem muito potencial de crescimento, até porque o Portugal 2020 está a apostar na formação destes públicos e já estamos a preparar candidaturas. O espaço permite fazer formação na área da cozinha, mesa e bar para estes públicos”, destaca Matilde Monteiro, até porque, acrescenta: “Começámos pela integração social pelas artes, mas, com o passar do tempo e a recolha de dados junto da população-alvo, fomos percebendo que não só nos procuravam por causa da empregabilidade, mas também para a aquisição de competências com vista ao mercado de trabalho. A estratégia é perceber que cada pessoa é uma pessoa só, até onde pode ir e criar respostas criativas a essa medida, pois é assim que elas se vão desenvolvendo”.

Normalmente, a instituição tem um universo de 50 utentes, mas nunca em simultâneo. Há um grupo entre 12 e 15 utentes que está todos os dias na Associação, há depois um outro grupo, para mais pequenos, em que é trabalhada a área do teatro e da dança, há o grupo de dança, com cerca de oito pessoas, e ainda um outro grupo de pessoas que vem para atividades mais específicas.

A terminar, Matilde Monteiro defende que o que diferencia a instituição de outras “é a forma de trabalhar, porque são elaborados planos muito ajustados a cada pessoa na busca do seu potencial”.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

Salto de paraquedas aos 80 anos é a “concretização de um sonho”

“Foi fantástico, uma sensação maravilhosa, melhor do que tinha sonhado. Estou mesmo muito feliz”. Estas foram as primeiras palavras de António Sá Ferreirinha, de 80 anos, depois do salto de paraquedas que tinha acabado de efetuar a mais de três mil metros de altitude.

“Gostei de tudo, mas o tempo que estive em queda livre foi a melhor sensação da minha vida”, explicou o utente da Santa Casa da Misericórdia de Bragança ainda emocionado, depois de ter concretizado o sonho de uma vida.

Estas foram palavras ditas entre sorrisos efusivos e lágrimas de emoção, intercaladas com abraços de agradecimento ao paraquedista profissional que o acompanhou na queda e que tornou realidade esta aventura.

O paraquedista Nélson Pereira confirmou que o salto tinha sido um êxito, até porque foi uma novidade, pois pela primeira vez saltou com uma pessoa de tanta idade: “Não tenho palavras para explicar esta sensação maravilhosa de na minha profissão ter proporcionado a concretização de um sonho a uma pessoa de 80 anos”.

O salto, integrado no Careto Air Show, Festival Aéreo de Bragança, foi visto de perto por centenas de pessoas que se deslocaram ao aeródromo municipal e fizeram questão de assistir a um momento inédito.

“Não é todos os dias que se pode ver um idoso saltar de paraquedas”, explicou Cristina Pires, uma das assistentes e funcionária da Misericórdia.

Entre a multidão estava também a família do senhor Sá, que é há cerca de dois anos utente da ERPI da Santa casa brigantina. A filha, Irene



Ferreirinha, visivelmente nervosa antes do salto do pai, viveu sentimentos antagónicos: “Se por um lado tenho um orgulho enorme, por outro tenho algum receio porque o meu pai tem alguns problemas de saúde, nomeadamente do coração”.

Também os responsáveis pela instituição estavam orgulhosos e satisfeitos com o sucedido, até porque o envelhecimento ativo é uma prioridade na instituição.

“É com muito orgulho que assistimos à

concretização de um sonho de vida de um nosso residente. É para isso que trabalhamos, para a promoção da qualidade de vida e felicidade de cada um dos nossos utentes”, referiu Eleutério Alves, provedor da Misericórdia de Bragança, que destacou ainda a “jovialidade” do residente: “Todos os dias, por vontade própria, ajuda outros idosos mais dependentes nas deslocações para o refeitório, participa em todas as atividades propostas e é uma pessoa muito querida por todos”.

CASA DO POVO DA ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

Tasquinha Solidária na Feira do Ano para angariar fundos para novo projeto

Com o propósito de angariar fundos para um Ginásio de Reabilitação Física e Neurosensorial e Quartos Neurosensoriais, que aliam bem-estar à terapia, a Casa do Povo de Abrunheira, concelho de Montemor-o-Velho volta a marcar presença na Feira do Ano – Festas Concelhias com a Tasquinha Solidária, à semelhança do que já acontecera no Festival do Arroz e da Lampreia.

O projeto para o qual a instituição procura receitas é “arrojado” e assume-se como um cluster de conhecimento adquirido, fruto de um diagnóstico real de necessidades, conjugação de infraestruturas e serviços já existentes com outras a criar, aliando a experiência que a Casa do Povo possui nestas áreas com a inovação.

O Ginásio de Reabilitação Física e Neurosensorial e Quartos Neurosensoriais está dimensionado à realidade demográfica e geográfica

onde se insere a instituição, procurando não desenraizar as pessoas e criando soluções viáveis de acordo com o poder económico das famílias.

Este projeto visa dar “mais memória à memória” através de vários estímulos e ao abrigo de várias respostas e soluções terapêuticas que aliam a medicina convencional à alternativa, resultando de uma análise recente às reais necessidades de uma importante franja da população.

O mesmo permite ainda a recuperação de pessoas mais jovens sujeitas a AVC e doenças neurodegenerativas, recorrendo a métodos de Realidade Virtual, Realidade Aumentada e Arte Interativa, aliadas ao conceito Snoezelen, como formas de criação de ambientes de estimulação sensorial virtuais e reais, integrando diversas técnicas no conceito de Ginásio de Reabilitação Neurosensorial e Quartos Neurosensoriais,

que contemplam ainda Arteterapia, inserido no Mostr’Arte, que decorre na instituição durante todo este ano.



LAR DO DIVINO SALVADOR, ÍLHAVO

Campeonato feminino de surf e bodyboard ajuda instituição que acolhe mães

Dando continuidade à iniciativa lançada em 2016, em parceria com o ActivoBank, a Miss Activo Cup voltou a promover a Onda Solidária, atribuindo um euro por cada onda surfada durante os cinco dias de competição de surf e bodyboard e que, no final do evento, foram entregues ao Lar do Divino Salvador, de Ílhavo.

Assim, com um total de 361 ondas surfadas, a IPSS ilhavense, que acolhe mães e mulheres grávidas em contexto de fragilidade social, recebeu 361 euros que serão aplicados na aquisição de dois nebulizadores. O nebulizador é uma espécie de pulverizador fundamental para melhorar o bem-estar das crianças face aos comuns problemas respiratórios que as assola.

Esta é a intenção que a instituição pretende concretizar, pois em 2016 o propósito era a compra de uns intercomunicadores – equipamento que facilita o contacto permanente entre mãe e filho(s) quando não estão no mesmo compartimento –, porém a avaria da caldeira levou à utilização do valor angariado (444 euros, pelas 444 ondas surfadas) à reparação da mesma.

“Preferimos privilegiar a comodidade e o conforto das nossas crianças e mães e, talvez, numa próxima oportunidade consigamos os intercomunicadores”, explicou Dina Ferreira, técnica na instituição que tem capacidade para 12 agregados familiares (mãe e filhos), atualmente lotada, num total de 12 mães e 16 filhos.

“Esta iniciativa da Miss Activo Cup, tal como outras que beneficiam a instituição com apoios financeiros é de extrema importância, em especial numa altura em que as Instituições Particulares de Solidariedade Social passam tantas dificuldades económicas”, sublinha a responsável do Lar do Divino Salvador, acrescentando: “Não é um apoio como o da Segurança Social, com a qual temos acordo de cooperação, mas é um apoio muito importante”.

A técnica, que esteve na praia da Costa Nova a receber o cheque entregue por Elsa Borda d’Água, do ActivoBank, destacou o significado da iniciativa, congratulando-se “por ver o trabalho da instituição reconhecido”.

“Sempre fomos bem recebidos pela comunidade, recebemos apoio da Câmara Municipal de Ílhavo e do Banco Alimentar Contra a Fome, mas desde a primeira hora sentimos muito apoio de todos neste trabalho de estruturar núcleos familiares e fazer



estas mães e filhos regressar à família e/ou recomeçar a vida social e retomar ou iniciar a vida laboral”.

Pelo lado do ActivoBank, Elsa Borda d’Água reforçou a importância da responsabilidade social para a instituição que represente, congratulou-se pelo novo naming do campeonato da Costa Nova e deu os “parabéns às atletas por terem angariado 361 euros para o Lar do Divino Salvador”.

Em dois anos, a Miss Activo Cup já doou à instituição social de Ílhavo que acolhe mães e mulheres

grávidas em dificuldades 805 euros.

A Miss Activo Cup cumpriu a 13ª edição como um evento de surf e bodyboard exclusivamente feminino, único no Campeonato nacional de Surf e único igualmente no Nacional e Circuito Europeu de bodyboard. Esta é, para a organização, a cargo da ASA – Associação de Surf de Aveiro, razão mais do que suficiente para que o espírito solidário dos envolvidos desaguasse numa instituição em que a mulher é o centro das atenções.

ALZHEIMER PORTUGAL

Concerto Solidário no Dia Mundial da Doença de Alzheimer

No próximo dia 21 de setembro, no Fórum Lisboa (antigo Cinema Roma), a Alzheimer Portugal promove um Concerto Solidário que contará com grandes nomes do panorama musical português.

São 13 artistas portugueses que se juntam no Dia Mundial da Doença de Alzheimer para

um concerto em que todos os fundos angariados revertem para a Alzheimer Portugal.

Alexandra, André Gomes, António Pinto Basto, Augusto Ramos, David Antunes & Midnigh Band, João Braga, José Cid, José da Câmara, Maria Armada, Sofia Ferreira, Teresa Siqueira, Teresa Tapada e Toy são os artistas

que protagonizaram o espetáculo cuja entrada requer apenas um donativo de 15 euros.

Para adquirir a entrada, os interessados deverão preencher o formulário em <https://goo.gl/CdLCwA> ou ligar para o 213 610 460 a fim de lhes ser enviada a referência multibanco para que possam completar a entrega do donativo.

APROVADAS EM CONSELHO DE MINISTROS

Novas regras para a reforma antecipada

O Conselho de Ministros aprovou novas regras para a reforma antecipada de carreiras muito longas, uma medida que implica uma despesa adicional próxima dos 50 milhões de euros, segundo o ministro do Trabalho.

“Com estas alterações, que temos vindo a discutir com a Concertação Social, aproxima-se de 50 milhões de euros a despesa adicional deste conjunto de alterações”, afirmou o ministro Vieira da Silva, adiantando esperar que, entre os pensionistas que venham a requerer a pensão no final de 2017 e em 2018, “sejam pouco mais de 15 mil pensionistas” a aderir a este regime.

Mas o governante explicou que a geração que pode beneficiar deste regime é particularmente marcada por longas carreiras contributivas, o que hoje se chama trabalho infantil.

O novo regime vai permitir, a partir de 01 de outubro, antecipar a pensão de velhice sem penalização para quem, aos 60 anos, tenha 48 anos de descontos, ou quem tenha uma carreira de 46 anos, desde que tenha começado a trabalhar aos 14 anos, tanto na Segurança Social como na Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Vieira da Silva defendeu que esta alteração legislativa vem dar resposta a uma dívida para

com os contribuintes com muito longas carreiras contributivas: “São pessoas que começaram a trabalhar muito cedo, com quem a sociedade tem uma dívida, podendo dar-lhes agora um benefício através do acesso a uma pensão completa sem penalização”.

O governante destacou ainda o facto de o diploma passar a permitir que a totalização dos períodos contributivos tenha relevo para o acesso à reforma antecipada sem penalização. “Quem fez parte da carreira no Estado, ou noutro setor com regime especial de proteção social, pode contabilizar o somatório das contribuições, desde que tenha uma longa carreira contributiva”, explicou o ministro.

O diploma também introduz outra mudança quanto à aplicação de cortes nas pensões de velhice atingidas na sequência de pensões de invalidez.

“Quando um pensionista de invalidez atingia a idade para pensão de velhice era aplicado um critério de sustentabilidade que resultava muitas vezes num corte. Esse corte foi eliminado por acharmos que não tinha razão de ser”, disse o governante.

No comunicado do Conselho de Ministros, o



Governo defende que estas alterações cumprem o objetivo de proteger e valorizar as muito longas carreiras contributivas e resultam do compromisso político assumido.

Numa segunda fase, que Vieira da Silva não quis adiantar a data, vai ser alterado o regime de flexibilização dos beneficiários com 60 anos e carreiras contributivas iguais ou superiores a 40 anos. “Trata-se de garantir o direito ao bem-estar e à dignidade na reforma de milhares de portugueses que tiveram de começar a trabalhar quando ainda eram crianças”, lê-se no comunicado do Conselho de Ministros.





GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

ECONOMIA SOCIAL

SOFTWARE ESPECÍFICO

MAIS DE 3000 CLIENTES

| | | | | |
|---------------------|---------------|--|-----------------------------------|--------------------------|
| IMOBILIZADO | UTENTES | SÓCIOS | ÁREA SAÚDE | PORTAL SOCIAL |
| RECURSOS HUMANOS | CONTABILIDADE | STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS | UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS | DIREÇÃO |
| ESCALAS DE SERVIÇOS | TESOURARIA | SALÁRIOS | CLÍNICA INTERNAMENTO | FUNCIONÁRIOS |
| APOIO DOMICILIÁRIO | VIATURAS | MAILING | PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO | RESPONSÁVEIS DOS UTENTES |
| | | | PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA | LIVRO DIGITAL "MEMO" |

PROCESSOS CHAVE

REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS

FORMAÇÃO'17

consulte já as novidades em www.f3m.pt




F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda





DEFICIÊNCIA OU INCAPACIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 80 POR CENTO

Prestação social para inclusão sem condições nem avaliação prévia

O Governo aprovou a criação da Prestação Social para a Inclusão (PSI), cuja componente base de 264 euros será atribuída a todas as pessoas com deficiência ou incapacidade igual ou superior a 80%.

“A componente base entrará em vigor já em 2017, é uma componente que tem uma dimensão de cidadania, é atribuída incondicionalmente, sem qualquer espécie de avaliação de outras condições, a quem tenha 80% ou mais de incapacidade comprovada e certificada”, explicou o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva.

Esta componente base entrará já em vigor e poderá ser requerida a partir de 01 de outubro e pode chegar a um universo entre 120 a 150 mil pessoas, de acordo com as estimativas apresentadas.

Além da criação da PSI, o Conselho de Ministros aprovou outros diplomas que visam “a valorização e a maior integração das pessoas com deficiência”, nomeadamente o decreto-lei que cria o Modelo de Apoio à Vida Independente e o decreto-lei das Acessibilidades. Poderão beneficiar deste apoio as pessoas com deficiência ou incapacidade com grau não inferior a 60%, certificada por atestado médico multiusos ou por Cartão de Deficiente das Forças Armadas, e com idade igual ou superior a 16 anos. As pessoas com deficiência intelectual, perturbações do espectro do autismo ou doença mental podem beneficiar, independentemente do seu grau de incapacidade certificada.

Foram igualmente aprovados um diploma sobre o Sistema Braille vigente em Portugal e um decreto-lei que alarga as situações de atribuição do cartão de estacionamento a pessoas com deficiência ou incapacidade.

POSITIVO MAS INSUFICIENTE

A Associação Portuguesa de Deficientes (APD) classifica como “avanços positivos, mas insuficientes” as medidas aprovadas em Conselho de Ministros para promover a inclusão e a vida independente das pessoas com deficiência.

O Governo aprovou um pacote legislativo com várias medidas de apoio a pessoas com deficiência, entre as quais a Prestação Social de Inclusão (PSI) e o Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI), que prevê a atribuição de um assistente pessoal para ajudar pessoas com deficiência no seu dia-a-dia.

“Óbvio que dentro do caminho enorme que Portugal tem ainda a percorrer isto é ainda muito pouco e insuficiente para colmatar as dificuldades com que vivem as pessoas com deficiência”, defendeu em declarações à Lusa Ana Sesudo, presidente da APD, que mesmo



assim vê “passos positivos” nas medidas adotadas.

Entre os diplomas aprovados há um que levanta maiores preocupações à APD e que diz respeito à regulação das acessibilidades aos edifícios públicos.

O Governo, que reconhece que “subsiste no edificado nacional um expressivo conjunto de edifícios, espaços e instalações que não satisfazem condições de acessibilidade”, aprovou uma transferência de competências no domínio da fiscalização da lei no que diz respeito à eliminação de barreiras arquitetónicas dos edifícios públicos e monumentos nacionais para o Instituto Nacional de Reabilitação (INR).

“O decreto-lei das acessibilidades preocupamos porque não conseguimos perceber qual é o alcance daquilo que foi aprovado agora. Embora refira apenas uma transição de competências, não sabemos se é apenas isso ou se há ali uma tentativa de revogar o decreto 163/2006. O decreto cumpriu o prazo em fevereiro de 2017 e pouco ou quase nada foi feito a nível de acessibilidades e, portanto, é urgente que as medidas comecem a ser tomadas”, disse Ana Sesudo.

O decreto de 2006 estabelecia um prazo de 10 anos, até fevereiro de 2017, para que o edificado público anterior a 1993 se tornasse acessível a cidadãos com deficiência, data a

partir da qual todos os edifícios que se encontrassem em incumprimento seriam obrigados a cumprir a lei ou pagariam multas.

“O que é facto é que as entidades fiscalizadoras não estão em funcionamento. Continuamos a ter o Estado a fiscalizar o Estado, o que para nós não é positivo. Preocupa-nos se existe ou não capacidade por parte do INR para fazer essa fiscalização. A acessibilidade é uma matéria

importantíssima para as pessoas com deficiência e transversal a toda a sociedade”, disse a presidente da APD.

Ainda no que diz respeito à legislação aprovada em Conselho de Ministros, a APD lamenta que o Governo tenha reforçado os contratos-programa com instituições que prestam apoio ao ensino especial, uma vez que, no entendimento da associação, “não tem sido positivo até agora”.

“Entendemos que o ensino inclusivo deve funcionar dentro das escolas do ensino regular e que estas se devem apetrechar de meios técnicos e logísticos para dar apoio às diferentes necessidades que estes alunos possam ter. Em nosso entender o resultado deste processo não tem sido assim tão positivo e essas crianças continuam em desvantagem em relação aos seus pares”, defendeu.

MOVIMENTO TRANSFORMERS

Transformar a sociedade através do voluntariado jovem

“O Transformers é um movimento global de pessoas que fazem a diferença através daquilo que mais gostam de fazer. Nascemos de olhos postos no mundo, de coração bem aberto e com uma vontade indomável para participar, colaborar e transformar” a sociedade. É desta forma que o Movimento Transformers se apresenta, baseando a sua ação na promoção do voluntariado jovem, trabalhando com grupos de risco, mas não só. Jovens a tentar mudar o mundo através das artes que dominam.

Afinal o que é isto de Movimento Transformers (MT), projeto nascido em 2010 e que promove o voluntariado jovem?

“O que nos une enquanto movimento é a visão de um mundo onde cada um descobre o seu superpoder e, juntos, fazemos o mundo pular para a frente. Para que mais pessoas possam descobrir e aprender superpoderes desenvolvemos o conceito e metodologia das Escolas de Superpoderes”, pode ler-se no site do MT na Internet.

“A Escola de Superpoderes é um franchising social, algo que não existe em grande número em Portugal, em que nós vendemos a nossa metodologia aos municípios que nos pagam um *fee* de formação. Nós, então, dinamizamos o banco de voluntariado local sempre com a nossa metodologia e em que toda a gente partilha aquilo que mais gosta de fazer”, explica Inês Alexandre, 26 anos, vice-presidente do Movimento Transformers.

E a base da metodologia adotada pelos Transformers está na transmissão de um saber (a que no MT chamam superpoder) a quem o quer aprender. No fundo, é a partilha voluntária e desinteressada de um conhecimento com quem se predispõe a aprendê-lo e depois usar esse conhecimento para, de algum modo, transformar a sociedade.

Tudo começou pela “mão e coração” de João Brites, um jovem que insatisfeito com a natação de competição decidiu seguir o sonho de aprender a dançar breakdance, uma dança de rua, que como tudo o que é urbano, tanto atrai os mais jovens.

“O João desistiu da natação e foi para as ruas do Bairro de Palmela, em Lisboa, aprender essa dança urbana com quem sabia. Ele percebeu que havia ali uma dinâmica muito interessante e que nós adotámos como metodologia nos Transformers. Ou seja, os mais novos aprendem com os mais velhos, que são responsáveis pelos comportamentos dos mais novos. Depois, o breakdance tem uma particularidade que é o facto de uns bailarinos serem melhores nos movimentos de braços e outros nos de pernas e só quando encontram o par que os completa é



que conseguem ser verdadeiros breakdancers”, conta Inês Alexandre, prosseguindo: “O João percebeu que sempre que o seu grupo estava a dançar na rua, todos os miúdos do Bairro de Palmela ficavam a ver e se envolviam com o que estava a acontecer, entrando nas rodas que se formavam”.

E é assim que nasce o Movimento Transformers. “O João e o seu grupo de amigos, que tinham muitos superpoderes, como o surf, o graffiti, o hip hop, etc., começaram a partilhar estes superpoderes em instituições de Lisboa junto de miúdos, por exemplo, da Casa Pia, porque inicialmente só trabalhávamos com grupos de risco”.

Em 2010, no Fórum Mundial, em Davos, em representação da juventude portuguesa, o projeto Movimento Transformers foi apresentado a grandes personalidades mundiais e no dia 31 desse ano formalizou-se como associação juvenil sem fins lucrativos.

Inicialmente (entre 2010 e 2012) apenas em Lisboa, mas ainda em 2012 o Movimento expande-se para o Porto, onde atualmente tem a sede, e no ano seguinte para Coimbra.

“Como começámos a ter pedidos de muitos municípios para dinamizar os voluntários locais e como a estrutura era toda voluntária era quase impossível dar este salto sem que a equipa se profissionalizasse. Então, em 2015 decidimos parar e pensar e tínhamos duas opções: ou tinha sido um projeto muito giro durante cinco anos, financiado externamente e que ficava por ali; ou criávamos uma metodologia que fosse sustentável e garantisse que o Movimento Transformers seguisse uma vertente profissional”, revela Inês Alexandre, que, com satisfação, afirma que a opção pela segunda via foi o mais acertado, até porque: “Este ano vamos estar em 23 cidades. Tivemos um mega impulso da Área Metropolitana do Porto, que apostou seriamente em nós, e vamos trabalhar, em parceria nos

17 concelhos que a integram, nas escolas primárias para combater o absentismo e o abandono escolar. Vamos estar ainda em Leiria, Guimarães e Vila Nova de Famalicão”.

Ainda em setembro haverá uma formação para todos os voluntários, que este ano são 40 mentores e 10 ativadores, em outubro as atividades arrancam e em abril à nova reunião dos voluntários para nova formação e em junho, então, o Festival TNT (Todos Nós Transformamos), que este ano conta ter cerca de 600 pessoas, 500 aprendizes e 100 voluntários.

Atualmente mais direcionados para as escolas no sentido de combater o absentismo e o abandono escolar, os Transformers podem e têm outros contextos de intervenção. Inicialmente o foco estava nos jovens em risco, que ainda se mantém, mas as atividades dos Transformers vão mais além.

“Por exemplo, aqui na nossa sede em Paranhos trabalhamos com idosos, numa parceria com a Junta de Freguesia, em que damos aulas de dança, bicicleta e culinária”, afirma Inês Alexandre, acrescentando sobre a replicação do projeto em IPSS: “Isto é replicável às áreas da deficiência, da reabilitação, da prisão, onde já em 2016 trabalhamos. O Movimento Transformers é aplicável a todas as realidades. Já trabalhamos em instituições só para rapazes, outras só para raparigas, em prisões, em hospitais, num centro integrados de apoio à deficiência e em Lisboa já trabalhamos em parceria com a CPCJ. Não há nenhuma realidade a que não seja aplicável. Não há nenhuma faixa da nossa sociedade que não possa entrar, o que aconteceu é que só estávamos a trabalhar com miúdos em risco, o que era quase um valor para nós. Mas a verdade é que os miúdos que não estão em risco também precisam muito deste tipo de ferramentas. Nós ensinamos, por exemplo, kickboxing, que é uma modalidade que integra imensos valores e esta é a parte importante da atividade. Daí termos optado por replicar os Transformers em todos os sítios em que as pessoas acham que faz sentido”.

Esta questão dos valores é muito importante para os Transformers e Inês Alexandre exemplifica: “O nosso maior valor é o *payback*, ou seja, se estou a ensinar patinagem durante um ano, no final quero que os miúdos pensem num problema da sociedade e o tentem resolver através da patinagem. Este é o nosso maior valor e fazemo-lo em todas as atividades. Em 2012, na Amadora, onde 80% das pessoas são de raça negra, tivemos uma atividade de hip hop. Uma das aprendizes tinha um tio doente que precisava de um transplante de medula óssea. Percebemos que não havia muitos doadores de medula óssea de raça negra em Portugal. Então, pusemo-las a pensar em grande e elas organizaram um espetáculo de hip hop em que para entrar as pessoas davam uma gotinha de sangue. Só nessa tarde conseguimos mais de 230 novos doadores. E isto acontece com todas as nossas atividades. É isto que faz a diferença, não é apenas aprender a patinagem, o hip hop ou a capoeira, mas levar os aprendizes a absorverem todos os valores dessas atividades e que a partir dali transformem a sociedade”.

Segundo a vice-presidente do MT, “tem sido consideravelmente fácil cativar voluntários,



sendo que o fácil aqui passa pelo facto de as pessoas virem fazer aquilo que mais gostam de fazer” e justifica: “Esta é a nossa proposta de valor para os nossos voluntários, vão trabalhar connosco um ano a partilhar o que mais gostam de fazer. E isto faz a diferença”.

Para Inês Alexandre, “a perspetiva do voluntariado e das pessoas que fazem voluntariado está a mudar”.

“Este ano temos muitos mentores acima dos 25 e 30 anos, o que não acontecia até aqui. Antes os nossos mentores eram jovens de 18, 19, 20 anos, mas isto está a mudar. As pessoas estão a procurar, cada vez mais, este género de atividades fora de horas. O recrutamento este ano correu muito bem, teremos mais de 40 mentores, mas muitos acima dos 25 anos e até gente com filhos. Por outro lado, decidimos, pela primeira vez, não fechar a porta aos sub-18, porque é muito importante que a intervenção seja o mais precoce possível”, argumenta, concluindo: “Penso que nunca iremos ter dificuldade em encontrar voluntários, porque as pessoas aqui podem partilhar aquilo que mais gostam de fazer”.

Por outro lado, “o voluntariado está a mudar porque começa a ser uma moda, toda a gente quer fazer voluntariado em especial internacional, não se focando em Portugal, e cada vez mais em idade mais avançada”, afirma, acrescentando: “Há muita gente que nos chega porque quer mudar a sua vida. As pessoas querem ser empreendedoras sociais e chegam-nos para que lhes expliquemos como fazemos no sentido de replicarem projetos que idealizam”.

O otimismo é mesmo a palavra de ordem: “Acreditamos que ninguém é passivo. Acreditamos que as pessoas não fazem voluntariado, não porque não querem, mas porque ainda não encontraram a motivação certa e nós damos essa motivação”.

Em sentido contrário o grande obstáculo no universo do voluntariado é o compromisso.

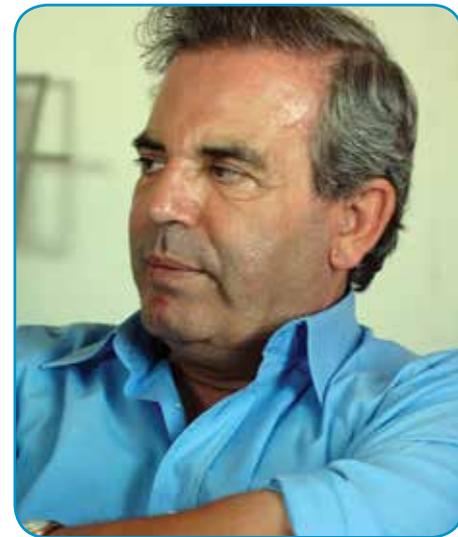
“A grande dificuldade é a organização e o facto de o voluntariado não ser levado muito a



sério. As pessoas não são de todo levadas a sério quando fazem voluntariado. Temos que começar a retirar o peso do estigma que o voluntariado tem e fazer com que seja algo normal. No MT, a dificuldade que sentimos é a questão do compromisso. É difícil termos a certeza de que as pessoas não vão falhar”, lamenta Inês Alexandre, acrescentando: “Depois assume-se que não tem custos e não é bem assim. Nós asseguramos subsídio de transporte e de alimentação a todos os mentores, mas é uma realidade que nos traz alguns problemas, porque temos que assegurar tudo a toda a gente, material incluído. Até hoje conseguimos assegurar tudo, mas acho que o compromisso das pessoas com o voluntariado, muitas vezes, não é levado a sério. Como não recebem, acham que podem falhar mais. Internamente não vivemos esta realidade, mas sabemos que existe”.

No entanto, a responsável pelo Movimento Transformers vê um “futuro cada vez mais risonho” e explica porquê: “O mundo da Economia Social, da inovação e empreendedorismo social está em expansão, há cada vez mais jovens com ideias super inovadoras que vão transformar e vingar no mundo. O caminho é este e o futuro para o MT é muito risonho. Para além disto, as pessoas do mundo social têm uma resiliência e uma persistência que não se encontra em outros setores”.

PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt



Poder local: Jóia da Democracia

A aproximação das eleições autárquicas poderá constituir uma boa oportunidade para os cidadãos poderem exprimir o que pensam sobre a forma como está organizada a nossa cidadania democrática, alicerçada, quase em exclusivo, nos partidos que, por sua iniciativa, escolhem candidatos para as câmaras municipais e juntas de freguesia, apresentando-os ao povo para que, entre eles, cada cidadão vote em quem melhor corresponder ao perfil de político que gostaria de ver eleito!

Vamos esperar para ver como é que os eleitores vão reagir em relação a alguns “candidatos independentes” eleitos no último sufrágio eleitoral!

Desde sempre considerado como uma das boas heranças da revolução de abril, o poder local

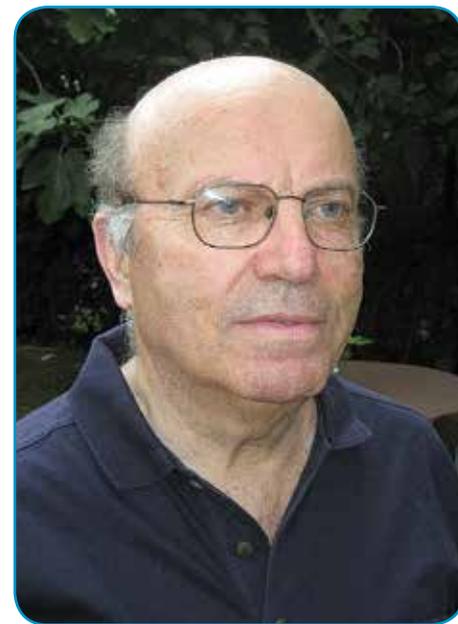
é a expressão mais próxima da vontade e das decisões dos cidadãos, razão pela qual deve ser valorizado na escolha dos candidatos e na exigência junto do “poder central”, reclamando uma maior descentralização de competências, recursos humanos e financeiros, como bem se prevê no artigo 238º da Constituição da República, designada e nomeadamente, no nº 2, onde pode ler-se: “...o regime das finanças locais será estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau”.

Aliás, na sequência da criação e implementação da REDE SOCIAL (com as “comissões sociais de freguesia” e os conselhos locais de

ação social”), em muitas câmaras municipais e muitas freguesias e união de freguesias gerou-se uma “aliança de colaboração” entre muitas destas autarquias e outras organizações da **designada sociedade civil** que interpretam corretamente os “princípios da subsidiariedade e da proximidade” na busca de respostas de desenvolvimento sócio-local para os mesmos territórios.

Vai sendo tempo de o Estado “crescer para baixo”, ou seja: de transferir para as autarquias e para as organizações da sociedade civil mais condições para que, quem está mais próximo dos cidadãos, possa organizar e fortalecer respostas sociais adequadas à dimensão dos seus problemas e direitos sociais e políticos.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt



A Coreia do Norte e as provocações

São tantas as guerras que se vão travando pelo mundo, que algumas delas já não têm um grande impacto junto da opinião pública. A não ser que o centro dos combates se situe muito próximo ou a opinião pública tenha acesso ao dramatismo das suas imagens, muitos desses conflitos já não provocam reacções generalizadas de pânico ou de alarme. De resto, poderá mesmo dizer-se que uma das consequências da multiplicação das notícias sobre guerras é precisamente a da sua banalização.

Hoje, o maior receio da Humanidade no que diz respeito à Paz no mundo, tem a ver, para a maior parte das pessoas, com o perigo de uma guerra nuclear. Na verdade, grande parte dos habitantes do nosso planeta tem consciência de que o mundo, tal como o conhecemos hoje, não sobreviveria a um conflito nuclear de grande dimensão e isso chega para justificar toda a angústia gerada à volta da possibilidade de uma guerra atómica.

Vem isto a propósito do agravamento das tensões entre a Coreia do Norte e os Estados Unidos. O pretexto para esse agravamento,

que não cessa de aumentar, têm sido os lançamentos repetidos e bem sucedidos, de mísseis nucleares cujo alcance é cada vez maior. O primeiro desses lançamentos ocorreu no dia 4 de Julho, e foi na linguagem provocatória dos responsáveis políticos norte-coreanos, uma espécie de presente para esses “bastardos” de Washington, em plena comemoração da sua festa nacional. Foi um aviso de que a distância já não chega para os americanos dormirem tranquilos quanto ao perigo dum ataque nuclear. Pelo menos, e para já, os americanos que residem ou trabalham no Alasca. Há poucos dias, o exército norte-coreano fez mais um lançamento que sobrevoou o Japão, o maior aliado dos Estados Unidos na Ásia.

Para Donald Trump, um homem demasiado cioso do seu poder e aparentemente incapaz de se conter, as provocações de Pyongyang devem ter sido extraordinariamente difíceis de ultrapassar, como se pode depreender das suas violentas ameaças ao líder do regime comunista norte-coreano. De qualquer modo estes sucessivos episódios serviram para duas coisas. Antes de mais, para demonstrar que, em momentos

decisivos, até os responsáveis políticos que julgamos mais desequilibrados, como é o caso de Donald Trump, não podem reagir a quente a provocações demasiado perigosas para o presente e para o futuro do mundo. Depois, e de qualquer modo, servem também para lembrar que o nosso mundo pode ter de enfrentar uma ameaça contra a qual não há muita defesa.

Não conhecemos ainda tudo acerca do regime norte-coreano e do comportamento do seu líder, mas há motivos suficientes para temer que, apesar de todas as pressões internacionais, este possa levar as suas provocações demasiado longe...

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

Eleições Autárquicas Regionais

1 - Como vem sucedendo há vários anos, passei parte das férias na Galiza, nas Rias Baixas, essa espécie de Minho mais setentrional, mesmo no canto noroeste da Europa, onde as marcas da herança celta são mais nítidas, nos rituais, na paisagem e nas pessoas e que continua, numa contiguidade sem diferenças perceptíveis, o Norte de Portugal.

Diz-se por lá que as Rias Baixas e as aprofundadas entradas do mar por terra dentro que as rias constituem são as marcas dos dedos de Deus, quando criou o mundo e assentou a mão ampla no noroeste peninsular, a contemplar a obra feita.

Não sei se foi esse desenho casual a origem das Rias de Vigo, de Pontvedra, de Arosa, de Muros e Nóia e de Corcúbion – mas o certo é que as repetidas enseadas de águas do mar, de uma tranquilidade apaziguadora, com praias quase coladas a campos de milho ou a vinhas de albariño, constituem uma geografia doce, um equilíbrio de paisagem amena e cordial que não desdenha a explicação genesiaca daquele espaço da fachada atlântica deste nosso espaço comum que é a Península Ibérica.

Foi na Galiza, foi em Espanha, portanto, que acompanhei, pela imprensa, os atentados na Catalunha.

Não vou, nesta crónica, repisar tudo o que já foi dito sobre o horror destes ataques ao nosso modo de vida pacífico e tolerante, como é apanágio das sociedades abertas e democráticas que soubemos construir neste espaço europeu onde nos encontramos integrados – e que constitui uma raridade, é preciso dizê-lo, noutras paragens do globo.

Mas há um aspecto, que foi muito debatido em Espanha, a propósito desse ataque terrorista, que não vi tratado com grande destaque na imprensa portuguesa – imprensa que também me acompanhava diariamente quanto à informação do que se passava no nosso País durante esse período – e que é o seguinte:

O clima de crispação política e social entre a Catalunha e o Estado Espanhol encontra-se ao rubro, estando prevista a realização de um referendo, no próximo dia 1 de Outubro, com vista à posterior declaração de independência dessa região, sob a forma de república, referendo e processo independentista considerados ilegais pelo Governo central, por violarem o princípio da unidade do Estado e a forma monárquica consagrados na Constituição Espanhola, mas que a Generalitat, isto é, o Governo autónomo, persiste em levar a cabo na data aprazada.

Nesse registo, a imprensa deu eco de um grande mal-estar cruzado entre as forças policiais nacionais – a Guardia Civil – e as catalãs – os Mossos d'Esquadra –, acusando-se mutuamente de ocultação de informação relevante, que poderia ter permitido uma actuação preventiva que pudesse ter evitado ou minorado os efeitos da agressão terrorista.

O Governo Central acusou igualmente o Governo da Catalunha de exploração política dos atentados, em benefício dos seus interesses nesse conflito; e a Generalitat pagou-lhe na mesma moeda, acusando Mariano Rajoy de ser ele o oportunista.

(Um pouco como cá durante a silly season, em que o Governo e o PS acusam o PSD de aproveitamento político dos fogos que vitimaram este ano tantos dos nossos; e o PSD replica, acusando os Governos do PS, presentes ou passados, desses mesmos pecados.)

Ora, a nota do que se passou lá na Galiza e que pretendo partilhar com os meus leitores foi o facto de a imprensa local, designadamente o jornal “La Voz de Galicia” ou a estação de televisão regional, defensores históricos da autonomia galega em face do Estado espanhol, terem expressivamente tomado o partido do Estado central no conflito independentista da Catalunha e criticarem severamente o Governo catalão pela tentação secessionista.

O mesmo acontece com o governo regional, a Junta de Galicia, solidário com o Governo central no conflito e na tensão.

2 – Ora, como se sabe, a Espanha, enquanto realidade político-constitucional, é constituída por uma série de nacionalidades, com diferentes graus de autonomia e de governo próprio, correspondendo a uma sedimentação política de territórios com uma história diferenciada.

Um das dessas nacionalidades constituem estádios mais avançados, do ponto de vista da autonomia e do auto-governo, como é o caso da Catalunha, do País Basco ou da Galiza, territórios que já durante alguns períodos da História constituíram reinos, ou Estados, independentes.

(O Reino da Galiza, por exemplo, integrava, nos Séculos IX e X, o território que depois foi constituído em Condado Portucalense e que deu origem a Portugal, no século XII.

E as pessoas da minha idade ainda se lembram de que aprenderam na escola primária que, em 1640, quando da Restauração da Independência de Portugal, após a expulsão dos Filipes, uma das razões por que D. João IV conseguiu vencer a guerra – justamente chamada da Restauração –, contra Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal), foi o facto de as tropas castelhanas terem tido que acorrer à Revolta da Catalunha, que já então queria regressar à independência, de que gozara durante séculos, até à unificação das coroas de Castela e Aragão, com os Reis Católicos, no Século XV.

E o País Basco constituiu, durante décadas, e até há pouco tempo, a maior ameaça à unidade política espanhola, com os atentados da ETA a comandar o ritmo da luta independentista.

Mas o cessar-fogo foi finalmente declarado pela ETA, não constituindo o País Basco, actualmente, uma ameaça de desagregação do Estado)

Outros territórios, igualmente integrados na grande Espanha, possuem instituições de governo próprio e graus de autonomia mais difusos, ou de menor densidade, como é o caso das cidades de Ceuta e Melilla, enclaves localizadas em território marroquino, ou da Comunidade Valenciana, da Andaluzia e da Extremadura, de Castela e Leão e Castela-la-Mancha, das Astúrias, de Navarra, de Aragão, de Múrcia, de La Rioja, da Cantábria e de

3 – Voltemos à Galiza e à Catalunha.

Ignoro se têm razão ou não os catalães em

querer ser um país independente.

Não conheço como se vive em Barcelona, ou no resto do Condado, apenas tendo uma ideia vaga de que é invocado como fundamento para a separação o facto de o PIB catalão ser superior à média espanhola e os catalães não se sentirem obrigados à solidariedade com as outras partes de Espanha, que vivem pior.

(Entre outras razões de queixa, algumas certamente muito relevantes, como é o caso da associação que muitos catalães fazem entre o centralismo e a ditadura franquista, que tornou a repressão, após a Guerra Civil, muito mais feroz do que em outras zonas de Espanha, já que na Catalunha a resistência republicana foi mais forte – repressão cuja memória ainda hoje é bem presente, como podemos constatar pelos romances do barcelonês Carlos Ruiz Zafón.)

Mas o que quero salientar é o facto de as elites e os líderes políticos e de opinião galegos, defensores do aprofundamento da autonomia da Galiza face ao Estado, estarem, neste conflito que pode conduzir à desagregação e enfraquecimento do poder central, do lado do Estado e contra a tentação separatista – isto é, defenderem a sua própria autonomia; mas defenderem em simultâneo a unidade do Estado.

E lembrei-me do referendo sobre a regionalização do nosso País, durante o Governo do Engº António Guterres, e da campanha de contra-informação com que fomos bombardeados pelos defensores do “não”, a pretexto de que Portugal constituía um país unitário e que a sua divisão em regiões iria provocar tentações separatistas.

Como vemos pelos meus amigos galegos, não é assim; pelo contrário, a autonomia das partes coexiste harmoniosamente e é mesmo condição do desenvolvimento do todo.

“Cada un en su sitio”.

Infelizmente, as eleições autárquicas que se vão realizar em Portugal, no mesmo dia da consulta referendária catalã, deixaram o tema a marinar.

Mas, como acontece com os cabritos, que devem ser temperados numa marinada de dois dias, antes de assar, a marinada dos temas políticos não deve prolongar-se por tempo indeterminado, sob o risco de apodrecimento.

E umas eleições locais, infelizmente na modalidade incompleta que é a nossa, seriam uma boa sede para a discussão dessa reforma que a Constituição determina mas que os políticos de turno não pretendem.

Muitos, como Rui Rio, já mudaram de opinião, de então para cá.

Quem sabe se o próprio Presidente da República, que, como líder do PSD, teve a parte maior no chumbo do nosso referendo doméstico, vai fazer 20 anos, não terá também já mudado de campo.

Não nos tem ele lembrado o seu passado como Constituinte?

CENTRO SOCIAL DO VALE DO HOMEM, VILA VERDE

Instituição chega a Braga e lança três novos grandes projetos

Tem pouco mais de uma década de existência e cerca de quatro anos apenas de efetiva atividade social, mas a juventude da instituição não faz os seus responsáveis pararem de sonhar com o crescimento da instituição. Já com dois equipamentos em funcionamento, o último abriu em junho deste ano, a instituição tem mais três grandes projetos na calha, todos para implementar o mais breve possível, até porque os problemas das demências e da doença mental estão em crescendo e a região não tem resposta(s).

Sedeado em Vila Verde, o Centro Social do Vale do Homem (CSVH) tem ambições maiores e a escolha do nome deu logo esse sinal.

“O nome Vale do Homem tem que ver com o rio Homem que faz fronteira entre Vila Verde e os concelhos de Amares e de Terras do Bouro”, explica Jorge Ferreira, presidente da Direção.

“O CSVH nasce porque sentíamos que esta zona do Vale do Homem tinha uma taxa zero em equipamentos sociais. Então, criámos a associação com intuito de fazer o trabalho social, abrangendo logo os três concelhos, em especial a zona do Vale do Homem”, acrescenta.

Fundada em 2006, a instituição viu ser-lhe reconhecido o estatuto de IPSS passados dois anos, altura em que a única atividade que tinha era ainda e só o Grupo Folclórico do Vale do Homem, que atualmente integra cerca de 70 elementos, entre gente da Associação e da Direção e outros associados.

O crescente envelhecimento da população e a inexistência de respostas foi o clique que fez nascer o CSVH. No sentido de criar infraestruturas para implementar as respostas de ERPI e SAD, em 2009 a instituição candidatou-se ao POPH, após estabelecer uma parceria com a Câmara Municipal e a Igreja, através da qual conseguiu o terreno para a edificação do Centro Social.

A obra arrancou em 2012, o lar abriu em 2013 e “três meses passados estava cheio”. Um ano depois o SAD iniciou atividade.

Jorge Ferreira explica que a instituição “tem lista de espera nas duas respostas, porque há uma grande necessidade neste território”.

E, por isso mesmo, a instituição deu logo início a um novo projeto, o Lar das Termas, situado na freguesia de Caldelas, concelho de Amares, que abriu em junho do corrente ano e que, “apesar de não ter acordos de cooperação com a Segurança Social, já está cheio”. Construído com recurso a crédito bancário, o novo equipamento funciona em regime semi-privado – “Não cobramos o que cobram os privados, mas cobramos mais do que aos utentes do lar do Centro Social, porque ainda não temos acordos. A participação dos utentes é o valor estabelecido pela Segurança Social



para um utente em ERPI” –, mas a instituição já apresentou candidatura ao PROCOOP, “para 80% da capacidade, portanto 24 utentes, e para mais dois no Centro Social”.

O equipamento de Vila Verde acolhe 40 idosos em regime residencial, contando com 30 acordos de cooperação, e apoia outros 40 no SAD, 32 dos quais protocolizados com a Segurança Social. No entanto, os primeiros acordos foram apenas estabelecidos dois anos volvidos sobre o início de atividade.

Para além disto, o CSVH tem ainda o denominado Vale do Homem com Saúde, “que é um projeto integrado na comunidade, uma parceria com 30 juntas de freguesia”, em cujas sedes a instituição faz rastreios de saúde à população, num total de cerca de três mil utentes.

O grande crescimento e o sucesso da instituição prende-se, segundo o seu presidente,

com a gestão empresarial que a Direção implementa, sempre assente na sustentabilidade das respostas.

“Temos uma gestão financeira muito empresarial. A saúde financeira está controlada. Não temos dinheiro, mas temos as dívidas controladas. O CSVH deve 1,7 milhões de euros à banca e cumpre religiosamente com toda a gente”, revela Jorge Ferreira, sublinhando: “A nossa gestão de recursos humanos é muito empresarial, estamos a pagar acima da tabela, e temos muitas iniciativas motivacionais com os colaboradores”.

Apesar de ter diversos utentes com reformas de 243 euros, o que complica sempre as contas, Jorge Ferreira põe a tônica na “boa gestão e no rigor, que são a base da saúde financeira”.

A este propósito, o líder da instituição sedeada em Vila Verde lembra a “coragem” dos

dirigentes nas opções tomadas em prol da qualidade dos serviços.

A opção por ter 24 horas de enfermagem nos dois equipamentos revelou-se uma aposta ganha, até porque “permitiu reduzir em 70% as chamadas para o INEM no período noturno”, com todos os ganhos que isso implica.

“A grande dificuldade é a gestão dos recursos humanos. Quem tiver bons edifícios, tem muitos ganhos. No Lar das Termas eliminámos muitos dos problemas de funcionalidade que temos aqui no Centro Social. E com a funcionalidade do edifício pode-se estar logo a ganhar dinheiro nos recursos humanos e na parte financeira”, sustenta Jorge Ferreira, que conta com um corpo de 50 funcionários a contrato sem termo, 12 enfermeiros a recibo verde, “para fazerem as noites, com ganhos no bem-estar dos utentes e nas finanças da instituição evidentes”, e ainda mais 10 técnicos de diversas áreas.

E, apesar de acabar de abrir mais um equipamento, o CSVH tem já mais três grandes projetos na forja, com o alargamento da sua área de ação.

“Nesta zona do vale do Homem tem havido alguma desertificação e não se prevê crescimento da população. Por isso, não pensamos, para já, alargar a nossa ação a outras faixas etárias para além da terceira idade”, explica, lembrando que a última revisão dos estatutos da instituição abriu a porta à expansão da instituição, com o distrito de Braga a ser agora a zona de ação e intervenção.

Não tendo intenção de alargar os serviços a outras faixas etárias, o CSVH está apostado na diversificação das respostas, em reconhecimento de uma grande necessidade não apenas no Vale do Homem, mas igualmente em todo o distrito de Braga.

“Estamos na iminência de alargar as respostas para a área da saúde, em especial por causa das demências e da doença mental. Já desafiámos a Administração Regional de Saúde (ARS) Norte e, em caso de alargamento das respostas, será por aí”, afirma Jorge Ferreira, lembrando que dos atuais 71 utentes em ERPI, 40 têm demência.

“Somos parceiros da Alzheimer Portugal, temos recebido formação e estamos prontos a abrir as nossas respostas a essa área das demências. Até porque está aberto o PROCOOP para respostas atípicas e estamos já a preparar candidaturas”, sustenta, revelando os três projetos que estão na calha e que têm muito que ver com esta opção pela saúde mental.

“São três projetos na mesma filosofia. O Lar das Demências, que pretendemos implementar num terreno contíguo à sede, que está projetado para 32 utentes e que, assim, poderá beneficiar das sinergias com o edifício do Centro Social. Queremos avançar com essa obra e vamos fazê-lo com ou sem apoios do Estado, desde que tenhamos as parcerias necessárias, ou seja, um banco que acredite no projeto”, frisa Jorge Ferreira, prosseguindo com a apresentação dos novos projetos: “A Casa da Citânia é uma parceria com a Câmara de Vila Verde e a Junta de Freguesia de Ponte de S. Vicente, que fica a cerca de cinco quilómetros do Centro Social. Cederam-nos um terreno com uma escola primária desativada, o Centro Social já



comprou um terreno adjacente para anexar ao da escola e o projeto está em fase final de licenciamento. Neste projeto dependemos da ARS Norte”.

Sobre a Casa da Citânia, Zélia Lopes, diretora-geral da instituição, começa por dizer que é um “projeto na área da saúde mental com dois polos distintos: um polo na área da saúde mental e outro na da demência”.

No polo da demência a ideia é criar um “Centro de Dia especializado para pessoas com demência”, enquanto o polo na área da saúde mental terá duas respostas diversas: “Uma USO (Unidade Sócio-Ocupacional) e um SAD direcionado para a doença mental, ou seja, distinto do que já temos, quer em termos de equipa, quer em termos de serviços”.

Em termos de capacidade, os responsáveis preveem que serão 30 utentes na USO, outros tantos no Centro de Dia e oito por dia em SAD, o que perfaz também 30 utentes. Assim, no total terá uma capacidade para 90 utentes.

Apesar de a rede ainda estar muito incipiente, a Casa da Citânia é um projeto que os responsáveis pelo CSVH gostariam de ver integrar a RNCCI de Saúde Mental. “Se bem que nos projetos piloto a aposta vai mais para a vertente residencial, havendo apenas duas USO e nenhuma para a nossa região”, lamenta Zélia Lopes, recordando que a Casa da Citânia “é um projeto que visa apoiar as pessoas no pós-alta hospitalar e nesta zona não há respostas para integrar estas pessoas”.

Por fim, o FelizMente Lar, que “nasce de uma oportunidade que surgiu” e o Centro Social não quis deixar passar, apesar de ser no centro de Braga.

“Nós temos que pensar o CSVH a 20, 30 anos e, porventura, com o decréscimo de população no Vale do Homem pode haver falta de idosos no futuro. Por isso, temos que nos saber posicionar. E Gualtar, que é uma das freguesias emblemáticas de Braga, há de ser a nossa porta de entrada e a charneira do Centro Social no seu todo”, assevera Jorge Ferreira,

revelando o projeto: “A oportunidade é excelente, porque é a Casa da Quinta da Igreja, um edifício antigo e mítico da zona. É um edifício que nos dá para ter um lar de charme e com mais uma ampliação para ter um lar normal, com 40 utentes. Já abrimos as pré-inscrições para sentir o mercado e esperamos que o equipamento entre em funcionamento no último trimestre de 2018”.

Aproveitando um projeto já existente, mas que caiu por falta de financiamento, o Centro Social do Vale do Homem prepara-se para um investimento de 1,7 milhões de euros, números que não assustam os dirigentes da instituição.

“Já fizemos um estudo de viabilidade económico-financeira que nos diz que é viável. É desta forma que trabalhamos, não é com contas de cabeça, mas com a frieza dos números”, assegura o presidente, que aponta a “luz verde para os três projetos”, dada pelo Centro Distrital da Segurança Social de Braga, “pela necessidade que há no distrito deste tipo de respostas”.

“Avançar com estes três projetos em simultâneo não me assusta se cada um deles se apresentar viável por si. O CSVH tem que ter capacidade financeira para cumprir os compromissos, tal como o Lar das Termas e tal como qualquer outro”, afirma.

Para além das respostas sociais já referidas – ERPI, SAD, Vale do Homem com Saúde e Centro de Estimulação para Pessoas com Demência –, o CSVH tem uma forte componente etnográfica e cultural.

“Trabalhamos muito bem a vertente cultural, que é um braço forte do Centro Social. A instituição tem o Grupo Folclórico, que vai fazer nove anos, o Grupo Coral e o Grupo de Teatro, o que nos ajuda a integrar a comunidade”, sublinha Jorge Ferreira, que não esquece os pormenores implementados, como o spa vichy e a sala de massagens, entre muitos outros, para cada vez mais melhorar a qualidade de vida dos utentes.

VÍTIMAS DAS TEMPESTADES

Papa Francisco manifesta solidariedade

O papa Francisco expressou a sua solidariedade para com as pessoas afetadas pelo furacão Harvey, nos estados americanos do Texas e Louisiana, e para com as vítimas das moções na Índia, Nepal e Bangladesh.

"Renovo a minha proximidade espiritual com as populações da Ásia meridional, que ainda sofrem as consequências das inundações", disse Jorge Bergoglio, citado pela agência de notícias espanhola Efe, quando falava da janela do palácio apostólico do Vaticano, momentos após uma oração.

Durante a intervenção, papa Francisco expressou ainda a sua solidariedade para com o sofrimento dos habitantes dos estados americanos do Texas e Luisiana, "afetados por um furacão e precipitações excepcionais, que causou vítimas, milhares de deslocados e grandes danos materiais".

O Harvey, que provocou pelo menos 46 mortos, foi o furacão mais forte a chegar os Estados Unidos desde 2005, ano em que o Katrina atingiu Nova Orleães, fazendo 1.800 mortos.

Já o subcontinente indiano enfrenta este ano as piores inundações registadas em décadas, de acordo com as organizações internacionais presentes no terreno.

Nos últimos dois meses, mais de 1.200 pessoas perderam a vida na Índia, na região sul do Nepal e no norte do Bangladesh na sequência das inundações, de acordo com números citados pelas agências internacionais.



REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS

Número de camas cresceu 8,4% em 2016

O número de camas nos cuidados continuados cresceu 8,4% em 2016, passando a existir 8.112 lugares de internamento, um acréscimo de 631 em relação ao ano anterior.

O relatório sobre o acesso a cuidados de saúde referente ao ano passado mostra que o crescimento do número de camas da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) foi suportado sobretudo pelas camas de longa duração e manutenção e de média duração e reabilitação.

Em 2016 houve um crescimento de 4,5% no número de utentes assistidos na RNCCI, bem como dos utentes referenciados.

Por outro lado, baixou o número global de utentes em espera para uma vaga (menos 2,1% do que em 2015).

Pela primeira vez foram criadas camas pediátricas nesta rede e não existiam doentes a aguardar vaga nesta tipologia.

Globalmente, entre internamento e respostas domiciliárias, a RNCCI tinha no final de 2016 um total de 14.376 lugares, um crescimento de 2,2% relativamente ao ano anterior.

Em 2016 existiam ainda 288 camas de cuidados paliativos na RNCCI, que em 2017 passaram a integrar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos.

SOLIDÁRIOS CONSIGO
HÁ MAIS DE 21 ANOS

DEIXA A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



GESTÃO IMÓVEIS **NOVO**

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS
na contabilidade

UNIDADES DE SAÚDE
RNCCI

ORDENADOS

Caixa Geral de Aposentações, Segurança social, Declaração mensal/anual, Relatório Único

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADO AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

CONTROLO DE PRESENÇAS

SISTEMA INTEGRADO DE
TESOURARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores

ASSOCIADOS / IRMÃOS IPSS

PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA E MEIOS
COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO
(CERTIFICADO SPMS)
RECEITA SEM PAPEL

entre outras

SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO



ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

t/m. [+351] 939 729 729
t/f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt



INVESTIGADOR CARVALHO DA SILVA

Qualidade do emprego é muito baixa

O investigador Carvalho da Silva considerou que os dados do INE revelam que a qualidade do emprego criado é “muito baixa”, já que “há muita gente a trabalhar com pequenas cargas horárias” e, conseqüentemente, com baixas remunerações.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou, pela primeira vez, um indicador sobre a subutilização do emprego, que é “uma medida mais abrangente” da situação atual do mercado de trabalho por incluir as situações de subemprego, mas também os desencorajados e os inativos.

Segundo o INE, no final do segundo trimestre deste ano, havia 903,3 mil pessoas em situação de subutilização do emprego (ou seja, 16,6%), o que corresponde a “praticamente o dobro” do número de desempregados, que totalizou as 461,4 mil pessoas (ou seja, 8,8%) no mesmo período.

Em declarações sobre esta matéria, o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra afirmou que há “um agravamento grande da subutilização do emprego” e considerou que isso, “em grande parte, significa que há muita gente a trabalhar com pequenas cargas horárias, que não correspondem ao que as pessoas desejam”, revelando também que “a qualidade do emprego que tem sido criado, em muitos casos, é muito baixa”.

Para o antigo líder da CGTP, “há várias medidas que são positivas, mas há muitas insuficiências” no que se refere à criação de emprego de qualidade e de combate à precariedade.

Um exemplo de “medidas positivas” apontado por Manuel Carvalho da Silva é o aumento “com algum significado” do salário mínimo nacional, porque, no caso dos novos contratos celebrados, “é um dos fatores que tem evitado que a retribuição do trabalho para os jovens, em particular, seja ainda mais baixa”.

Reconhecendo que “há outras medidas em geral que são importantes”, Carvalho da Silva entende que “o fenómeno de existência de uma taxa de subemprego elevada e de uma taxa de subutilização do trabalho muito elevada não está resolvido”.



Isto porque - acrescentou o investigador - “a qualidade do emprego que tem sido criado é de muita volatilidade” e “há uma rotatividade imensa do trabalho e uma baixa remuneração”, pelo que “é ainda muito insuficiente o conjunto de medidas que tem sido adotado”.

Já questionado sobre de que forma se pode reduzir a subutilização do emprego, Carvalho da Silva defendeu que isso passa por “combater a precariedade com uma visão estratégica”, “incentivar a melhoria significativa das remunerações e das condições de trabalho dos jovens trabalhadores” e também “dinamizar a contratação coletiva”.

“Se a contratação coletiva funcionasse em pleno, muitos destes aspetos do subemprego e das

baixas remunerações eram polinizadas em sede de negociação coletiva e podia dar-se uma ajuda muito grande à diminuição desta percentagem que não para de ser preocupante”, disse ainda o investigador, concluindo que é preciso “uma atitude muito mais ofensiva em relação à melhoria da qualidade do novo emprego”.

Carvalho da Silva deixou ainda uma nota positiva para o facto de o INE começar a divulgar este indicador porque, para “olhar com rigor e com sentido crítico” o mercado de trabalho, é preciso observar as várias realidades, sobretudo depois da crise económica que se viveu e que “acentuar o desfazamento entre o desemprego e o desemprego em termos latos”.

CONFIANÇA DOS PORTUGUESES

Maioria considera que país já não está em crise

A confiança dos portugueses subiu no segundo trimestre deste ano para níveis nunca antes alcançados, tendo o terrorismo sido a preocupação que mais cresceu face ao período homólogo, de acordo com o relatório internacional da Nielsen.

Segundo o “Estudo Global de Confiança dos Consumidores”, o índice de confiança dos portugueses subiu 17 pontos face ao período homólogo, atingindo 82 pontos (100 é o grau de otimismo mais elevado), o valor mais alto desde sempre em Portugal, aproximando-se da média da Europa (85 pontos) e acima de países como França (75 pontos), Rússia (70 pontos), Itália (58) e Grécia (52).

“Uma das novidades é que a maioria dos portugueses (51%) já não considera que o país está em recessão económica, revelando-se até, nesta

questão, um otimismo superior ao que se observa na média europeia (59% dos europeus acreditam que o seu país está em recessão)”, lê-se no estudo.

O otimismo dos portugueses estende-se às perspetivas profissionais e financeiras, com melhorias em relação ao ano anterior, o que faz com que os consumidores estejam mais disponíveis para o consumo.

Os consumidores portugueses também mudaram os seus hábitos de consumo, mas poupar continua a ser uma prioridade: “após o pagamento das despesas essenciais, 45% optam por utilizar o dinheiro excedente para fazer poupanças”.

Os portugueses preocupam-se sobretudo com o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, ao contrário dos restantes europeus, que estão essencialmente preocupados com o terrorismo e

questões de saúde.

Mas, ainda assim, a preocupação com o terrorismo é a que tem mais destaque neste trimestre face ao homólogo, ocupando agora a quarta posição nas preocupações dos portugueses.

“Estes resultados fazem-nos acreditar que as melhorias da situação nacional após o período de crise e este sentimento de recuperação tornaram os portugueses mais otimistas, provavelmente por estarem a conseguir recuperar de uma situação muito negativa no passado”, considerou Ana Paula Barbosa, responsável da Nielsen Portugal, citada no comunicado.

Este inquérito online, a 30.000 inquiridos em 63 países, foi realizado em Portugal entre os dias 20 de maio a 10 de junho, com uma amostra de 499 inquiridos.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Pode o Capitalismo ser um agente moral?

Pode o capitalismo ser um agente moral?

Talvez não devamos esperar demasiado neste particular.

Adam Smith, o fundador da economia enquanto filosofia autónoma, dizia-nos que “não é da benevolência do talhante, do cervejeiro, ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas do cuidado pelo seu interesse próprio.”

As corporações capitalistas, em princípio, existem para extrair riqueza, criar empregos e remunerar os acionistas, não para pregar moral ou fazer política.

Contudo, por mais que o capitalismo queira apresentar-se como moralmente neutro, os julgamentos morais são inescapáveis. Como tentei demonstrar em textos anteriores, a suposta neutralidade moral dos mercados é uma fábula.

Acontecimentos recentes na América de Trump vieram, de novo, colocar o problema no espaço público e mostrar que, por mais neutrais que as corporações capitalistas queiram ser (e parecer), lá chega o dia em que é necessário tomar partido.

Donald Trump juntou à sua volta um conjunto de CEO de conhecidas companhias americanas na qualidade de conselheiros. Basicamente foram criados dois fóruns, um deles mais virado para questões de política estratégica e outro mais focado em iniciativas industriais. Havia ainda o projeto de criar mais um fórum empresarial para aconselhar o Presidente em matérias relacionadas com o plano de investimento em infraestruturas.

O simples facto de algumas figuras públicas terem aceite pertencer a fóruns de aconselhamento de um personagem como Donald Trump não deixou de colocar umas quantas questões quanto à solidez moral dos participantes. Particularmente estranha era a posição de Elon Musk o conhecido promotor da Tesla. A Tesla é um fabricante de automóveis elétricos e de soluções de produção e armazenamento de energia solar e, no mínimo, seria estranha a proximidade do seu CEO (e maior acionista) de um Presidente que ameaçava abandonar o acordo de Paris sobre alterações climáticas.

Elon Musk e outros defendiam que a proximidade do Presidente era importante, justamente para evitar que a agenda política populista do Presidente descambasse em políticas económicas desadequadas ou, se quisermos usar uma linguagem mais popular, para “minimizar os estragos”.

Excluindo os casos de abandonos por razões circunstanciais, por exemplo, conselheiros que foram substituídos nos cargos que exerciam nas empresas, apenas dois resignaram depois da denúncia dos acordos de Paris por Donald Trump: Elon Musk da Tesla e Bob Iger da Walt Disney.

Os restantes continuaram a defender a presença nos respetivos fóruns argumentando de novo que, para as empresas que representam e para a comunidade, continuava a ser relevante a possibilidade de aconselhar o Presidente e, em particular, um Presidente como Donald Trump.

E assim andaram as coisas até aos recentes acontecimentos de Charlottesville. Donald Trump não só reagiu tardiamente à violência dos extremistas de direita como, quando teve de o fazer, foi incapaz de distinguir moralmente os dois lados.

Para alguns o ar começou a ficar irrespirável. De imediato demitiram-se Brian Krzanich da Intel, Kevin Plank da Under Armour e Kenneth Frazier da Merck. Para os que ainda hesitaram a situação começou a ficar insustentável. Donald Trump, entretanto, receando uma debacle total, decidiu desmobilizar os conselhos empresariais antecipando-se a uma humilhante resignação em massa que se sabia estar em preparação. Quanto ao fórum empresarial para as infraestruturas públicas foi desmobilizado ainda antes de estar constituído.

Contudo, não devemos ter ilusões. Embora se trate de decisões pessoais (pelo menos em parte) - e das motivações íntimas não podemos obviamente saber -, provavelmente, nem tudo o que motivou os CEO a abandonar Trump resulta necessariamente de julgamentos morais.

Na verdade, é preciso alguma coragem para se colocar ao abrigo da fúria de um tresloucado como Donald Trump - um Presidente dos Estados Unidos pode fazer muito mal a uma empresa!

Quer o diga Kenneth Frazier - o único a ser pessoalmente visado com a fúria de Trump e, curiosamente, o único negro do grupo dos demissionários - que, depois da resignação, viu a sua empresa e ele próprio visados em comentários impróprios de um carroceiro. Provavelmente foi o receio de represálias que manteve uns quantos CEO na defensiva.

Mas, mesmo os que tiveram a coragem de renunciar aos cargos, podem ter tido motivações exteriores a opções morais.

Na verdade, expor-se à fúria de Trump é perigoso, mas pode ser ainda mais perigoso ficar colado a uma Presidência divisionista. As empresas têm trabalhadores e têm clientes e, estes, a acreditar nas sondagens estão maioritariamente contra Donald Trump. A maioria dos americanos e dos não americanos rejeita o racismo e a xenofobia e tem dificuldade em conviver com instituições que nessa matéria não tracem linhas vermelhas claras e distintas. Também é assim para as corporações capitalistas. Alienar trabalhadores e clientes pode não ser boa ideia e tenho dificuldade em admitir que este cálculo não tenha estado

(também) presente na decisão dos CEO, quer nos que tiveram a coragem de se demitir quer nos que supostamente preparavam a resignação em massa.

É compreensível a relutância para a intervenção cívica dos líderes corporativos, enquanto tais, em questões políticas fraturantes. Uma coca cola comprada por um supremacista branco acrescenta tanto dinheiro como outra comprada pelo militante da igualdade racial.

No entanto, quando estão em jogo valores fundamentais como a recusa da discriminação por raça, género ou religião não é aceitável o silêncio.

Por outro lado, convirá lembrar que o capitalismo já foi mais progressista e inclusivo do que é hoje. Houve um tempo em que exportar capitalismo equivalia a exportar a democracia liberal e os valores socialmente inclusivos. A seguir à segunda guerra mundial o mundo corporativo americano apoiou iniciativas progressistas como foram o Employment Act de 1946 ou o Plano Marshall de reconstrução da Europa.

E não se pense que se tratava apenas de cavalgar a onda da opinião pública dominante - pelo contrário, tratava-se, na altura, de questões controversas e que dividiam os americanos. Por esse tempo não bastava ser um grande empresário, era necessário ser-se também um cidadão exemplar.

As coisas mudaram com a revolução liberal dos anos 80. Aos poucos o capitalismo perdeu os valores progressistas e inclusivos que foram substituídos pelo moto “ganância é bom” de Ayn Rand, a conhecida libertária.

Mas também seria errado perder totalmente a esperança. Afinal, empresários como Howard Schultz da Starbucks, Jamie Dimon do JPMorgan, Arne Sorensen da Marriott e até Lloyd Blankfein da Goldman Sachs (aquela piada sobre a sombra do eclipse não ser a única, foi bem esgalhada) vieram a público defender que o capitalismo não pode tolerar a ofensa a valores fundamentais. Quando estes estão em causa há um lado para se estar, mesmo que à custa de uns quanto pontos a menos nos indicadores da bolsa!

Não nos iludamos, os dirigentes corporativos andarão sempre à procura de uns euros a mais. É esse o seu papel, o nosso é fazer com que esse objetivo esteja alinhado com os valores fundamentais de um mundo civilizado. Isso consegue-se com uma opinião pública forte e bem informada o que, por sua vez, implica um espaço mediático forte e independente. E será que o temos?!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.

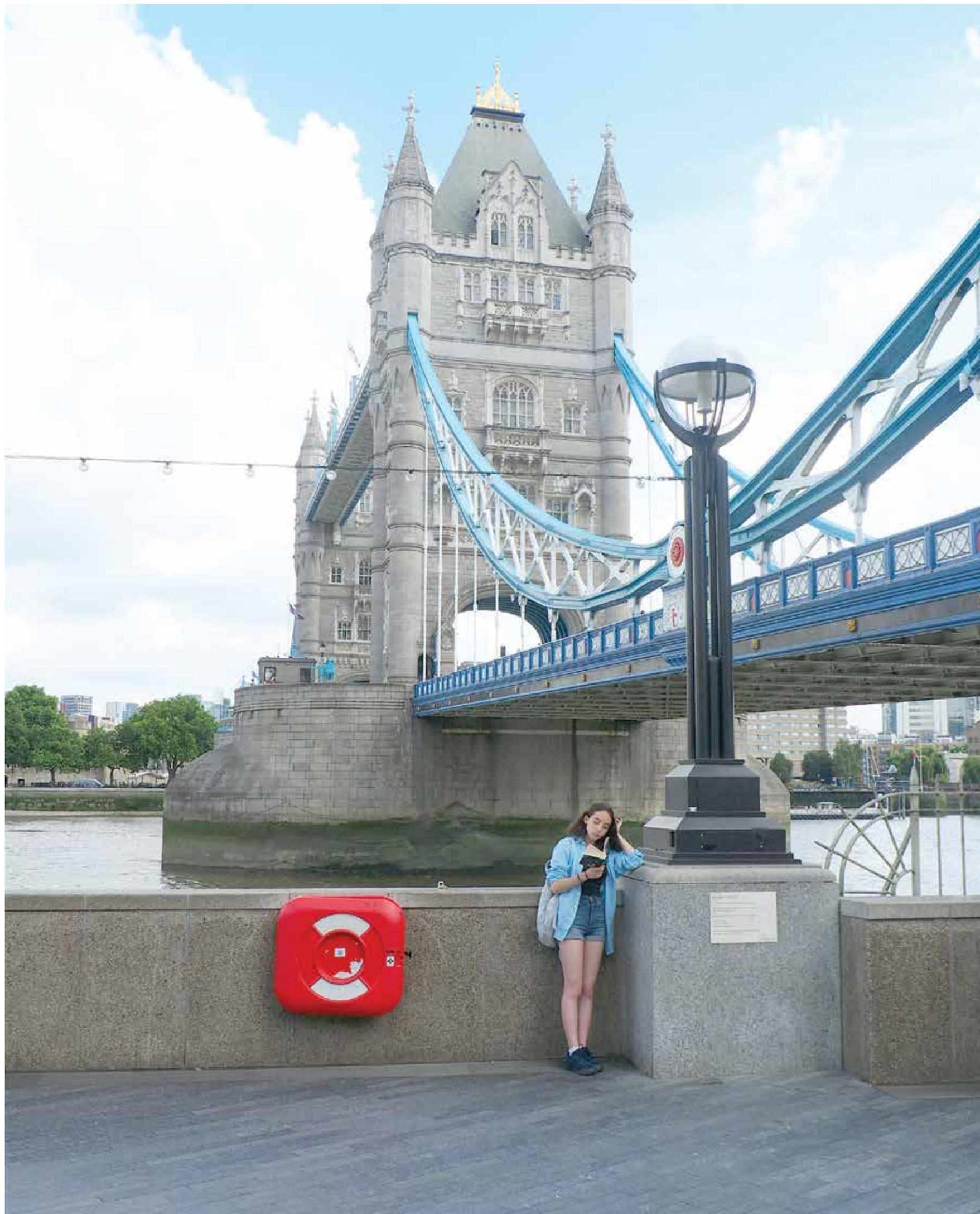


TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





O saber não ocupa lugar

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braucamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

PORDATA

Jovens portugueses estão mais instruídos do que há duas décadas

Os jovens portugueses estão mais instruídos do que há duas décadas, têm menos trabalho, emigram mais e adiam a decisão de casar e ter filhos, segundo um retrato feito pela base de dados Pordata.

Para assinalar o Dia Internacional da Juventude, que se comemorou no dia 12 de Agosto, o Conselho Nacional da Juventude, a Pordata e o município de Cascais uniram-se para divulgar 12 vídeos inspirados no “Retrato dos Jovens em Portugal 2017”, elaborado pela base de dados da Fundação Francisco Manuel dos Santos.

“Sabemos que as novas gerações de hoje pouco se assemelham aos jovens do passado, a começar por viverem em plena era digital. Por isso, e para que todos possam conhecer o que mudou nos jovens em Portugal, o recurso às redes sociais para partilha dos vídeos foi uma opção”, explica a diretora da Pordata, Maria João Valente Rosa.

A demógrafa adianta, em comunicado, que “são várias as viagens” que o retrato estatístico convida a fazer: “do passado à atualidade, das regiões ao país, de Portugal à Europa”. Com os vídeos, “muitas destas histórias que as estatísticas contam, ganham uma voz e uma vida especial”, salienta.

Segundo a publicação, há menos 1,5 milhões de jovens hoje do que há 40 anos. Em 1975 eram metade da população, em 2015 já eram menos de um terço.

Em 1975 eram 4.628.580, número que desceu para 4.128.774 e para 3.143.002 em 2015, precisam os dados.

Ao longo das últimas décadas, os jovens têm vindo a mudar. Hoje “estão mais conectados”, estão “mais instruídos”, têm menos trabalho e emigram mais. Entre 2011 e 2015, 100.664 jovens com idades entre os 15 e os 29 anos deixaram Portugal.

Em relação à Educação, a situação “evoluiu marcadamente” em duas décadas. Há mais

jovens a chegar ao secundário e a concluí-lo, tendo a taxa real de escolarização passado de 40% em 1992 para 75% em 2016.

A taxa de abandono escolar baixou de 50% em 1992 para 14% em 2016, referem os dados, que destacam também o aumento do número de jovens que entram na universidade: 81.083 em 1996, 112.701 em 2016.

Em relação ao desemprego, os números indicam que, em 2016, esta situação afetava 28% dos jovens com menos de 25 anos, contra os 10% verificados na população entre os 25 e os 54 anos.

Os dados demonstram também que as crianças e os jovens até aos 17 anos são “mais vulneráveis”, com a taxa de risco de pobreza, após as transferências sociais, a situar-se nos 22% em 2015, enquanto na população entre os 18 e os 64 anos era de 18%.

Outra mudança verificada relaciona-se com a idade em que os jovens decidem casar e ter filhos, que é cada vez para mais tarde.

Em 1990, as mulheres casavam-se, em média, com 24 anos e os homens com 26. Vinte e cinco anos depois, casam-se aos 31 e 33 anos, respetivamente.

A idade para ter o primeiro filho também foi aumentando, passando de 25 anos em 1990, para 30 anos em 2015, indica o retrato estatístico, que realça também o facto de a maioria dos filhos nascer fora do casamento (15% em 1990, contra 51%



em 2015).

A publicação aponta também vários exemplos que demonstram que a idade limite para ser jovem varia consoante o propósito.

Para fazer um “Interail”, por exemplo, uma pessoa é considerada jovem até aos 27 anos, enquanto para as juventudes partidárias, para o arrendamento jovem (Porta 65) e para as associações juvenis é 29 anos.

Para as associações juvenis socioprofissionais, uma pessoa é considerada jovem até aos 35 anos, uma idade que se estende aos 40 anos no caso de ser “um jovem agricultor”.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL